



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO BAIXO TOCANTINS/ABAETETUBA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM - FACL  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LÍNGUA PORTUGUESA

ROSANE BARROS DE MELO

**A CARACTERIZAÇÃO DE GRAMÁTICAS PARAENSES NO CONTEXTO DE  
GRAMATIZAÇÃO BRASILEIRA DO PORTUGUÊS NO PARÁ**

ABAETETUBA - PA

2021

ROSANE BARROS DE MELO

**A CARACTERIZAÇÃO DE GRAMÁTICAS PARAENSES NO CONTEXTO DE  
GRAMATIZAÇÃO BRASILEIRA DO PORTUGUÊS NO PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção de grau de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa, apresentado à Faculdade de Ciências da Linguagem da Universidade Federal do Pará - Campus Universitário do Baixo Tocantins/Abaetetuba.

Orientadora: Profa. Dra. Raimunda Dias Duarte

ABAETETUBA - PA

2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**  
**Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

- M528c Melo, Rosane Barros de.  
A caracterização de gramáticas paraenses no contexto de gramatização brasileira do português no Pará. / Rosane Barros de Melo. — 2021.  
86 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Raimunda Dias Duarte  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de Língua Portuguesa, Abaetetuba, 2021.
1. História do livro escolar. 2. Processo de gramatização.  
3. Gramáticas. 4. Autores paraenses. I. Título.

CDD 410

---

ROSANE BARROS DE MELO

**A CARACTERIZAÇÃO DE GRAMÁTICAS PARAENSES NO CONTEXTO DE  
GRAMATIZAÇÃO BRASILEIRA DO PORTUGUÊS NO PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para  
obtenção de grau de Licenciatura em Letras – Língua  
Portuguesa, apresentado à faculdade de Ciências da  
Linguagem da Universidade Federal do Pará - Campus  
Universitário do Baixo Tocantins/Abaetetuba.

Orientadora: Profa. Dra. Raimunda Dias Duarte

Data da avaliação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Conceito: \_\_\_\_\_

**Banca Examinadora:**

---

Profa. Dra. Raimunda Dias Duarte  
Orientadora – UFPA

---

Prof. Dr. Jorge Viana de Moraes  
(USP/UNESP de Assis-CNPq)

---

Profa. Dra. Maricilde Oliveira Coelho  
(UFPA/NPI)

ABAETETUBA – PA

2021

*A Deus, que me deu forças para vencer cada dificuldade que surgiu nesse percurso de cinco anos.*

*Aos meus avós, que tanto queriam um filho com nível superior, pois viam na educação um futuro melhor (in memoriam).*

*À minha mãe, melhor amiga e meu maior incentivo.*

*Ao meu esposo, que me ajudou e incentivou desde o começo dessa caminhada acadêmica.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus por tudo, porque Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas. Sem Ele eu não conseguiria essa conquista.

À minha orientadora, Professora Dra. Ray Duarte, por ter acreditado no meu potencial e me ajudado em todo o percurso que tracei como aluna-pesquisadora do PIBIC, possibilitando experiências que marcaram minha vida pessoal e acadêmica.

À minha mãe, Rosiléa, por toda força e incentivo em minha vida pessoal e profissional.

Ao meu pai, José Raimundo, que sempre disse que eu seria uma grande líder e que eu iria alcançar caminhos nunca percorridos por ele.

Ao meu esposo, Luê, que me encorajou a conquistar meus sonhos e esteve sempre ao meu lado dando-me força nos momentos em que as lágrimas insistiam em cair.

À minha filha de quatro patas, Amora, que chegou na minha vida em um período tão conturbado trazendo alegria e arrancando tantos sorrisos de mim.

Aos meus irmãos, Romário e Rosângela, e a toda minha família, por toda ajuda e incentivo que me deram.

À Nilvane, que me cedeu seus livros, os quais me ajudaram grandemente na fundamentação teórica desta pesquisa.

Aos meus amigos que o curso me proporcionou, Andréia Costa, Alaine Chagas, Thaína Bahia, Mailson Albuquerque e tantos outros que por muitas vezes fizeram essa caminhada ficar mais leve.

E aos professores da Faculdade de Ciências da Linguagem que compartilharam seus conhecimentos conosco de uma forma tão sublime.

A todos, que de forma direta ou indireta contribuíram para a construção deste trabalho, os meus mais sinceros agradecimentos.

*“Porque desde a antiguidade não se ouviu, nem com ouvidos se percebeu, nem com olhos se viu um Deus além de ti, que trabalhe para aquele que nele espera”*

*(Isaías 64:4)*

## RESUMO

O presente trabalho é um estudo histórico e linguístico que tem como tema **A caracterização de gramáticas paraenses no contexto de gramatização brasileira do português no Pará.** No estudo, são analisados dois compêndios: a *Primeira Grammatica da Infancia*, de Vilhena Alves, e a *Gramática Primária da Língua Portuguesa*, de Paulino de Brito. As duas gramáticas foram produzidas no final do século XIX no estado do Pará. As obras foram aprovadas para uso das escolas primárias do Estado. O objetivo geral da investigação é compreender o processo de gramatização brasileira do português no Pará. Para alcançar esse objetivo, estabelecemos como objetivos específicos: entender o processo de gramatização no Brasil, entender a importância de autores de gramáticas primárias paraenses para a história da educação na Amazônia e analisar as principais características físicas e pedagógicas das duas gramáticas citadas. O método usado é a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Os principais teóricos que fundamentam a pesquisa são: Auroux (1992), Orlandi (2001), Fávero e Molina (2006), Fávero (2000), Colombat; Fournier; Puech (2017) e Moreira (1979). O estudo sobre o processo de gramatização do Português no Pará é profícuo em razão do grande volume de gramáticas produzidas no estado no final do século XIX e início do século XX. A análise das duas gramáticas revelou que tanto Vilhena Alves quanto Paulino de Brito trazem importantes contribuições para o processo de gramatização brasileira do Português no Pará, pois já apresentam marcas da corrente científica, sobretudo Paulino de Brito, que analisa criticamente fatos da língua à luz da gramática comparativa.

**Palavras-chave:** História do livro escolar; Processo de gramatização; Gramáticas; Autores paraenses.

## ABSTRACT

This work is a historical and linguistic study whose subject is **The characterization of Pará grammars in the context of Brazilian grammatization of Portuguese in Pará**. In the study, are analysed two compendiums: *Primeira Grammatica da Infancia*, by Vilhena Alves, and *Gramática Primária da Língua Portuguesa*, by Paulino de Brito. The two grammars were produced in the late nineteenth century in the state of Pará. The works were approved for use by the state's primary schools. Thus, the general objective of the investigation is to understand the Brazilian grammatization process of Portuguese in Pará. To achieved objective, we established as the specific objectives, understand the grammatization process in Brazil, to understand the importance of authors of primary grammars from Pará for the history of education in the Amazon, and analyze the main physical and pedagogical characteristics of two Pará grammars of the late nineteenth century. The method used is bibliographic search and document search. The main theoreticians of the research are: Auroux (1992), Orlandi (2001), Fávero and Molina (2006), Fávero (2000), Colombat; Fournier; Puech (2017) and Moreira (1979). The Brazilian grammatization process of Portuguese in Pará is fruitful due to the large volume of grammars produced in the state in the late 19th and early 20th centuries. The analysis of the two grammars revealed that both Vilhena Alves and Paulino de Brito bring important contributions to the Brazilian grammatization process of Portuguese in Pará, because already present marks of the scientific current, especially Paulino de Brito, who critically analyzes facts of the language in the light of comparative grammar.

**Keywords:** School book history; Grammatization process; Grammars; Authors from Pará.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 METODOLOGIA.....</b>	<b>11</b>
<b>2 O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO NO BRASIL NO SÉCULO XIX: O CASO DO PARÁ.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 A gramatização no Brasil.....</b>	<b>17</b>
<b>2.2 A gramatização no estado do Pará.....</b>	<b>24</b>
<b>3 A PRODUÇÃO DE GRAMÁTICAS PRIMÁRIAS NO PARÁ NO PERÍODO DE 1850 A 1920.....</b>	<b>32</b>
<b>3.1 O livro no Brasil.....</b>	<b>32</b>
<b>3.2 A produção de Gramáticas no estado do Pará.....</b>	<b>36</b>
<b>4 ANÁLISE FÍSICA E PEDAGÓGICA DE GRAMÁTICAS PARAENSES.....</b>	<b>49</b>
<b>4.1 <i>Primeira Gramática da Infancia</i> de Vilhena Alves.....</b>	<b>51</b>
4.1.1 O autor Vilhena Alves.....	51
4.1.2 Características da <i>Primeira Grammatica da Infancia</i> .....	53
4.1.3 Das partes da gramática.....	54
<b>4.2 <i>Gramática Primária da Língua portuguesa</i> de Paulino de Brito.....</b>	<b>65</b>
4.2.1 O intelectual Paulino de Brito.....	65
4.2.2 Características da <i>Gramática Primária da Língua Portuguesa</i> .....	67
4.2.3 Das partes da gramática.....	69
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>82</b>

## INTRODUÇÃO

No Brasil, há muitos trabalhos, entre dissertações e teses, que investigam a história de gramáticas. Contudo, na Amazônia, os estudos ainda são bem recentes. No estado do Pará, há poucos trabalhos voltados para a numerosa lista de gramáticas<sup>1</sup> produzidas nos anos finais do século XIX e no início do XX, por isso vale marcar a importância deste trabalho para a história da gramática no país. Entender o processo de construção desses instrumentos linguísticos<sup>2</sup> no estado, ajuda-nos a compreender aspectos sociais, culturais e educacionais da Amazônia paraense no período estudado e a importância de livros escolares produzidos no Pará e de autores paraenses para a constituição da história do livro no Brasil.

As gramáticas produzidas nos anos finais do século XIX foram concebidas em um período marcado por grandes polêmicas em torno da língua nacional. Muitos intelectuais reivindicavam uma língua que refletisse características próprias do falar brasileiro, pois a língua passou a ser vista como um signo de nacionalidade. Dessa forma, as gramáticas desse período refletem diversos aspectos linguísticos, mas também históricos, sejam eles políticos, econômicos, sociais, educacionais, etc. Essas questões acabaram contribuindo para o processo de gramatização brasileira do Português. E é nessa instância histórica que o trabalho se situa.

A proposta do trabalho é compreender o processo de gramatização brasileira do português no Pará por meio do estudo de duas gramáticas primárias paraenses produzidas no final do século XIX. São elas: a *Primeira Grammatica da Infancia*, de Vilhena Alves, e a *Gramática Primária da Língua Portuguesa*, de Paulino de Brito. Ambas foram adotadas nas escolas primárias do estado. A pesquisa está fundamentada nos estudos de Auroux (1992), Orlandi (2001), Fávero e Molina (2006), Fávero (2000), Colombat; Fournier; Puech (2017) e Moreira (1979). A metodologia empregada é a pesquisa bibliográfica e documental.

O trabalho está organizado em quatro capítulos: o primeiro trata do processo de gramatização no Brasil, no século XIX, mostrando como esse processo se deu também no estado do Pará; o segundo, trata da metodologia empregada no trabalho; no terceiro, é feita uma abordagem sobre a produção de gramáticas primárias no Pará no período de 1850 a 1920 e no quarto capítulo é feita a análise física e pedagógica das gramáticas paraenses em estudo.

---

<sup>1</sup> Ver o capítulo 3 deste estudo.

<sup>2</sup> Estes instrumentos, funcionam como ferramentas que caracterizam/modificam/definem o sujeito e a língua por meio da naturalização de seu uso, além de fazerem parte de um processo de disciplinarização dos saberes linguísticos tanto dentro quanto fora da escola (AUROUX, 1992).

## 1 METODOLOGIA

Como o objeto deste estudo faz parte de séculos anteriores ao nosso, foi necessário voltar um pouco no tempo. Assim, foi preciso desenvolver a investigação à luz da História das Ideias Linguísticas, dada a especificidade do material em análise. Colombat; Fournier; Puech (2017, p. 17) afirmam que é preferível utilizar o termo ideias do que o termo teoria, pois

A noção de "teoria" apresenta o risco de tomar seu sentido apenas no contexto de certa concepção da ciência, na ocorrência daquela que se desenvolve no Ocidente a partir do século XVIII. Para evitar esse tipo de armadilha, que consiste em supor problemas já tidos como resolvidos, preferimos o termo ideias sobre a linguagem e as línguas, que tem a vantagem de ser menos comprometido epistemologicamente; ou, mais exatamente, que concerne a um engajamento diferente, menos normativo, e mais respeitoso com a diversidade de formas que pode tomar o saber na história, ou em outras culturas.

Para os autores, o termo ideia é menos normativo, além de respeitar a diversidade de delineamentos que o saber pode tomar na história. Além disso, o referido termo ultrapassa os limites impostos pela teoria.

O trabalho com fatos históricos exige a constituição adequada do objeto trabalhado. Os autores Colombat; Fournier; Puech (2017, p. 16) argumentam que,

Quando se trabalha com fatos ocorridos na longa duração do tempo e, conseqüentemente, se propõe levar em conta os saberes construídos em estados de sociedade diferentes, pertencentes a áreas culturais eventualmente diferentes, é preciso constituir uma concepção do objeto (os saberes construídos sobre as linguagens e as línguas) tão pouco normativa sobre o plano epistemológico quanto possível.

O trabalho com a História das Ideias Linguísticas envolve a exploração de textos, incluindo aqueles às vezes esquecidos, com o intuito de produzir condições para uma reflexão a respeito da epistemologia da ciência da linguagem através da construção de informações acerca de teorias antigas, bem como dos conhecimentos e conceitos por elas produzidos. Além disso, leva-se em consideração

a forma sob a qual os problemas foram colocados e conhecidos; ou, ainda, alargando um pouco a problemática sobre as questões mais gerais e mais fundamentais. Como os gramáticos e os linguistas conceberam seu objeto em tal ou tal momento? Como foram apreendidos e concebidos os fatos e os dados, as regras e/ou as leis que os organizam [...]. Ou, ainda, como foram distinguidos o possível e o impossível de língua, o que se pode dizer, ou não se pode dizer, e por quê? Como foram definidas as condições de validação das descrições? (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2017, p. 18-19).

Este trabalho se justifica pelo fato de que, a despeito de uma grande quantidade de trabalhos que se debruçam sobre o processo de gramatização e análise de gramáticas específicas produzidas no Brasil, notou-se que ainda são poucos os trabalhos que abordam a numerosa produção de gramáticas produzidas no final do século XIX no estado do Pará. Assim, foi constatado que há uma escassez de pesquisas sobre obras de autores paraenses e são pouquíssimos os trabalhos de análise de gramáticas de Paulino de Brito e Vilhena Alves.

Diante disso, temos a seguinte problemática: como se deu o processo de gramatização brasileira do português no Pará? Para responder a essa pergunta, estabelecemos como objetivo geral da investigação, compreender o processo de gramatização brasileira do português no Pará. Para alcançar esse objetivo, desenvolvemos os seguintes objetivos específicos: Entender o processo de gramatização no Brasil; entender a importância de autores de gramáticas primárias paraenses para história da educação na Amazônia e analisar as principais características físicas e pedagógicas de duas gramáticas paraenses do final do século XIX.

Os principais teóricos nos quais nos baseamos foram: Auroux (1992), que aborda o nascimento das ciências da linguagem e o processo de gramatização; Orlandi (2001), que trata da história das ideias linguísticas no Brasil, bem como do processo de gramatização da língua portuguesa no país; Colombat; Fournier; Puech (2017), que discutem a História das ideias linguísticas, contribuindo para o entendimento da diferença entre a História das ideias linguísticas e a Histórias das teorias linguísticas; Fávero e Molina (2006), que discutem as concepções linguísticas que nortearam a produção gramatical no Brasil no século XIX; Fávero (2000), que faz uma abordagem da produção gramatical no Brasil no século XIX, fazendo um traçado histórico da gramática filosófica à gramática científica e Eidorfe Moreira (1979), que traz notícias sobre a história do livro didático paraense.

O método aplicado no estudo é a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Na pesquisa bibliográfica, são examinadas obras de historiadores, enciclopédias e outras fontes que indiquem para a produção de gramáticas no Brasil no século XIX e início do século XX. Na pesquisa documental, são utilizadas como objeto de investigação duas gramáticas do final do século XIX: a *Primeira Grammatica da Infancia*, de Francisco Ferreira de Vilhena Alves, com sua 1ª. edição publicada em 1896, pela editora Pinto Barbosa & Cia, mas que neste trabalho é analisada a 3ª. edição, publicada pela mesma editora, em 1897. E a *Gramática Primária da Língua Portuguesa*, de Paulino de Almeida Brito, que teve sua primeira edição publicada em 1899, pela Jablonski, Vogt & Cie. Nesta pesquisa, foi analisada a 26ª edição, publicada por

volta do ano de 1943. Não se sabe ao certo qual editora publicou essa edição. Utilizamos a 3ª. Edição da gramática de Vilhena Alves porque só tivemos acesso a essa edição. Em relação à gramática de Brito, infelizmente não achamos a primeira edição e nenhuma outra mais próxima da primeira, por isso analisamos a 26ª. edição. Os intelectuais foram escolhidos pela importante contribuição que tiveram como autores de livros escolares \_ tanto gramáticas quanto livros de leitura \_ e como educadores paraenses.

O contexto do estudo, como já foi mencionado, é o século XIX, período que abrange a data de publicação da primeira edição das obras escolhidas. Para tanto, nos baseamos na História das Ideias Linguísticas preconizada por Colombat; Fournier; Puech (2017). No trabalho, são discutidos os contextos histórico e linguístico nos quais as obras estão situadas. Além disso, faz-se uma análise física e pedagógica, em que é observado em que modelo as gramáticas se inserem: filosófica ou científica.

As obras que seguem o modelo da Gramática Geral e Filosófica concebem a gramática como a arte de ensinar a falar, escrever e ler da forma “correta”. As gramáticas de concepção Científica têm como um dos pressupostos a Linguística histórico-comparativa, que busca descrever os fatos da linguagem comparando línguas. Foi com base nas características desses modelos que a *Primeira Grammatica da Infancia* e a *Gramática Primária da Língua Portuguesa* foram analisadas. Foi verificado também, como as partes das gramáticas estão divididas e que características da gramática geral e filosófica, da concepção greco-latina, e/ou da gramática científica elas trazem.

No que se refere à divisão das gramáticas, muitos autores do século XIX e início do século XX postulam diferenciadas definições. No entanto, neste trabalho é priorizado o estudo de Paulino de Brito<sup>3</sup>, o qual postula que a gramática pode ser dividida em geral e particular. A gramática geral “é a ciência dos princípios comuns a todas as línguas de um mesmo grupo”. A gramática particular “é a arte que ensina a fazer uso correto de uma língua” (BRITO, 1943?, p. 5).

Quanto ao método, o autor divide a gramática em:

GRAMMATICA HISTORICA - Estudo dos factos d'uma lingua em relação ás suas fontes, ou aos seus antecedentes da mesma lingua. Exemplo: - a connexão das fórmias actuaes da nossa linguagem com as do latim barbaro, com as de portuguez antigo, com as do portuguez quinhentista, etc. Considera a língua **no tempo**.

<sup>3</sup> Este autor, mesmo não sendo paraense de nascimento, concebeu toda sua produção intelectual no estado do Pará.

GRAMMATICA COMPARATIVA - Estuda os factos de uma lingua em relação aos seus concomitantes de outras linguas, pelos caracteres communs ou de afinidade, que entre as mesmas existam. Exemplo: - confronto de fórmas entre o portuguez e o latim culto, o francez, o castelhano, o italiano, o provençal etc. Considera a lingua **no espaço**.

GRAMMATICA EXPOSITIVA - Estuda os factos de uma lingua pura e simplesmente, sem relacional-os com os seus antecedentes ou concomitantes, da mesma ou de outras línguas. Considera a língua **no estado**.

GRAMMATICA MISTA - E' a que, estudando os factos de uma lingua, serve-se ao mesmo tempo da historia e da comparação, ou até a Grammatica Expositiva quando inclui noções de Grammatica Historica ou de Grammatica Comparativa (os compendios actualmente adoptados no ensino secundario em geral são mixtos) (BRITO, 1908, p. 7, grifo do autor).

A *Primeira Grammatica da Infancia*, de Vilhena Alves, é uma gramática particular. Alves concebe a gramática como a arte que ensina a fazer uso correto de uma língua, constituindo o estudo das particularidades de um idioma, inserindo-se no método de Gramática Expositiva. A língua é considerada no estado em que se encontra (que hoje chamamos de sincronia), sem levar em consideração outros estados. Esse modelo de gramática é chamado hoje de gramática normativa.

A *Gramática Primária*, de Brito, também é uma gramática particular. Para o autor, gramática é a arte de ensinar a fazer uso correto da língua. O método utilizado nessa obra é a Gramática Mista, visto que utiliza uma metodologia tanto da Gramática Expositiva quanto da Gramática Histórica, fazendo algumas comparações entre o português e outras línguas.

Em alguns momentos da análise, houve a necessidade de fazer a atualização ortográfica de alguns termos, principalmente na obra de Vilhena Alves, pois sua edição se aproximava bastante da primeira e ainda estava com a grafia do século XIX.

## 2 O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO NO BRASIL NO SÉCULO XIX: O CASO DO PARÁ

Este trabalho se debruça sobre a história das ideias linguísticas. Ao falar de ideias linguísticas me refiro, nas palavras de Orlandi e Guimarães (2001, p. 32), “à definição da língua, à construção de um saber sobre a língua, à produção de instrumentos tecnológicos que lhe são ligados e também à sua relação com a história do povo que a fala”.

O saber é uma realidade histórica e conforme aponta Auroux (1992) surge como consequência da relação entre práticas e circunstâncias capazes de unir passado, presente e futuro em sua constituição. O ato de saber dispõe de inúmeras possibilidades de projeção.

O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber (AUROUX, 1992, p. 11-12).

Esse saber é múltiplo, diversificado, e pode ser classificado em epilinguístico ou metalinguístico. Assim, “Ele é *epilinguístico*<sup>4</sup>, não colocado por si na representação antes de ser *metalinguístico*, isto é, representado, construído e manipulado enquanto tal com a ajuda de uma metalinguagem [...]” (AUROUX, 1992, p. 16). Portanto, a história dos saberes linguísticos, vem sendo constituída a partir de seus desdobramentos, de seus diálogos, de suas falhas e da transmissão de determinados fenômenos a outros. Não podemos esquecer que, para que possamos traçar essa história, faz-se necessário compreender que a escrita teve um papel crucial em todo esse processo, visto que propiciou “a passagem do epilinguístico ao metalinguístico, tendo sido seu processo de aparecimento o momento de objetivação, fixação e concretização a linguagem” (FÁVERO E MOLINA, 2006, p. 46). Ademais, são diversas as causas que contribuem para o desenvolvimento desse saber, dentre as quais pode-se citar, questões de ordem social, de domínio e expansão territorial e o esforço para preservar a língua.

Do ponto de vista da linguagem, nossa sociedade trabalha com o saber e a escrita, enquanto materialidade que estabelece a própria forma das instituições como aponta Orlandi (2001). Por isso, a história das representações linguísticas se manifesta prioritariamente a partir da escrita, pois parece que não é encontrado em nenhuma sociedade oral um corpo de doutrina desenvolvido em relação com as artes da linguagem, como encontramos na escrita, como bem

---

<sup>4</sup> Este conhecimento linguístico é o internalizado, o qual todo locutor possui de sua própria língua e que, por sua vez, é diferente do metalinguístico, que é representado, construído e manipulado (FÁVERO E MOLINA, 2006).

nos assegura Auroux (1992, p. 19), “tudo parece mostrar que não existe verdadeiro saber gramatical oral, sendo que os fatos justificam a *posteriori* a etimologia da palavra *gramática* (do grego *gramma*, letra) pela qual o Ocidente designou a parte essencial de seu saber linguístico”. Nesse sentido, o surgimento da escrita faz parte de um processo de objetivação da linguagem. Auroux ressalta ainda que,

[...] se a escrita desempenha um papel fundamental na origem das tradições linguísticas, não é porque ela seria nela mesma um saber linguístico novo, é no curso de um processo histórico complexo. Poderia parecer natural fazer remontar, como o fez a maior parte dos historiadores, o nascimento das tradições linguísticas à constituição dos sistemas de escritas [...]. No entanto, em nenhuma tradição parece ter sido conservado algo das reflexões teóricas intensas que um processo desse gênero devesse engajar. Compreender-se-ia a rigor que não se pudesse constitui-se simultaneamente o sistema de escrita e o texto que teoriza esse sistema (AUROUX, 1992, p. 20).

Assim, as modificações dos saberes linguísticos que ocorrem ao longo do tempo, constituem fenômenos culturais que acabam afetando a cultura de determinada sociedade, da mesma forma que dela também advêm.

Um evento que modificou grandemente a forma de comunicação humana diz respeito a um processo chamado de gramatização. “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber linguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65). Essa gramatização surge inicialmente na Europa e se estende posteriormente para diversos países no mundo todo.

Esse processo diz respeito a uma transmissão de tecnologias, denominado por Auroux (1992) de revolução tecnológica, a qual o autor julga ser tão importante quanto a Revolução Industrial que ocorreu no século XIX. O pesquisador enfatiza que há duas formas de gramatização, a saber, endogramatização e exogramatização: a endogramatização, ocorre quando alguém escreve tanto gramáticas quanto dicionários em sua própria língua e a exogramatização, ocorre quando alguém escreve esses instrumentos para outra língua. Esse processo acaba ocasionando também uma transferência de culturas entre povos.

Além disso, Fávero e Molina (2006, p. 47) afirmam que,

[...] inúmeros fatores contribuíram para o processo de gramatização, dentre eles, a necessidade de aprendizagem de uma língua estrangeira, a política de uma língua dada, organizando e regulando seu uso literário, e o desenvolvimento de uma política de expansão linguística de uso interno ou externo.

Logo, a gramática e o dicionário acabam funcionando como um mecanismo de estabilização, seja organizando ou regulando as instabilidades em torno da língua.

## 2.1 A gramatização no Brasil

O final do século XIX foi marcado por inúmeras mudanças não só tecnológicas como também sociais e políticas. Nesse período, o Brasil estava passando pela transição da Monarquia para a República e começaram a surgir importantes discussões em torno da língua nacional, as quais culminaram na produção de vocabulários e dicionários que passaram a legitimar um léxico brasileiro. Sem contar que, a colonização do nosso país provocou mudanças de vários aspectos: a língua portuguesa, por exemplo, trazida pelos portugueses que aqui se instalaram, começa a ser falada em um novo espaço-tempo. Em consequência disso, o português passou a funcionar em novas situações de uso, as quais sofreram diversas modificações no decorrer da colonização brasileira. Além disso, o Brasil vivenciou diversas influências, tanto filosóficas quanto científicas, de países diferentes de Portugal. Assim, diversos fatores influenciaram para o surgimento do processo de gramatização no país, por isso é importante destacar que,

A gramatização em um país colonizado trabalha seguindo duplo eixo: o da universalização, o dos deslocamentos. Ter uma gramática, nestas condições, significa ter direito à universalidade, ter direito à unidade (imaginária) constitutiva de toda identidade. Por outro lado, falar dos “usos variados” é defender uma “outra” língua. Com efeito, uma vez conquistado o direito à unidade, imediatamente recomeça-se a reconhecer as variedades: a influência da língua dos índios, das línguas africanas, etc. Este reconhecimento é o próprio da constituição da unidade do português brasileiro (ORLANDI E GUIMARÃES, 2001, p. 35).

No Brasil, a gramatização começa, de fato, na segunda metade do século XIX. Foi nesse período que começaram a surgir instrumentos linguísticos que já apontavam diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal, pois nos anos finais desse século, houve um anseio por parte dos intelectuais do período de se romper os laços com os modelos teóricos de Portugal. Veríssimo (1985, p. 55), por exemplo, ao falar sobre o livro escolar no período, afirma que não bastava que o livro fosse escrito por brasileiros, mas era fundamental que ele fosse “brasileiro pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores trasladados, pelos poetas reproduzidos e pelo sentimento nacional que o anime”. Esses sentimentos nacionalistas, que afloraram nos intelectuais do século XIX, acabaram se textualizando a partir de novas filiações e novas orientações para os estudos gramaticais.

O século XIX, no Brasil, é um momento crítico na reivindicação por uma língua e sua escrita, por uma literatura e sua escritura, por instituições capazes de assegurar a legitimidade e a unidade desses objetos simbólicos sócio-históricos que constituem a materialidade de uma prática que significa a cidadania. A forma política dessa cidadania é a Independência e, em seguida, a República. A forma simbólica e a forma do sujeito que lhe corresponde não são menos decisivas. Essas práticas têm, de um lado, as Instituições, de outro, a sua textualidade: gramáticas, dicionários, obras literárias, manuais e programas de ensino (ORLANDI, 2001, p. 8-9).

Com as reivindicações por uma língua e escrita que assegurassem a legitimidade da forma de falar do brasileiro, ocorre no final do século XIX, uma multiplicação de produções feitas por brasileiros. A gramática constitui um desses objetos que, segundo Orlandi e Guimarães (2001), os intelectuais do período conceberam com o intuito de formar brasileiros numa sociedade onde o saber possuísse o seu lugar, uma vez que não seria suficiente saber a língua que se fala, seria necessário também produzir um aparelho institucional em que o Brasil pudesse constatar que conhece de fato a sua língua. Pode-se afirmar que,

O que caracteriza esta nova instrumentação não é necessariamente o fato de que a gramática no Brasil seja outra gramática; é essencialmente o processo segundo o qual a gramática no Brasil se distancia do modelo da gramática filosófica do português Jeronimo Soares Barbosa, em particular, e da tradição gramatical portuguesa em geral (ORLANDI E GUIMARÃES, 2001, p. 24).

No que se refere à instituição escolar, Orlandi (2000) conforme citado por Aquino (2016, p. 13) esclarece que, “a fundação de escolas é parte constitutiva do pensamento linguístico formado no processo de gramatização brasileira do português no século XIX”. Desse modo, o surgimento da escola no Brasil foi outro grande marco para o processo de gramatização e passou a funcionar a partir da fundação do Colégio Dom Pedro II. No século XIX, Orlandi e Guimarães (2001) destacam que era esse colégio que definia os programas de exames, além de ser responsável dele distribuí-los para as escolas oficiais brasileiras. Um fator determinante em todo esse processo foi o Programa de Português para os Exames Preparatórios<sup>5</sup> formulado por Fausto Barreto, em 1887, solicitado pelo então diretor geral da instrução pública, Emídio Vitório. Além disso, Fávero e Molina (2006) declaram que nesse mesmo período houve a necessidade de se expandir o aparelho escolar devido ao modelo positivista que levantava a

---

<sup>5</sup> O programa de Fausto Barreto se organizava em torno de 46 itens e aborda diversas questões sobre o ensino da gramática, tais como fonologia, morfologia, classes de palavras, sintaxe, colocação de pronomes pessoais, além de tratar também de observações gerais sobre o que se compreendia por gramática geral, gramática histórica, gramática comparativa e gramática descritiva ou expositiva (ORLANDI E GUIMARÃES, 2001, p. 25).

bandeira de “escola para todos” e isso acabou por favorecer tal programa de ensino, pois o intuito era uniformizar os estudos em todo o território nacional.

Em virtude disso, Maciel (1914) expõe que

Não havendo compêndios que se descrevessem à nova orientação, foi então que Pacheco e Lameira, João Ribeiro e Alfredo Gomes, nomes já laureados no magistério, tiveram de escrever as suas gramáticas, versadas no programa que Fausto Barreto traçara, no qual de todo se revelavam o espírito de síntese, o critério filológico e o novo rumo que nos importava trilhar o ensino e estudo da língua portuguesa (MACIEL, 1914 apud FÁVERO E MOLINA, 2006, p. 45).

Dado o exposto, o programa de Fausto Barreto foi de suma importância para o desenvolvimento de questões linguísticas, visto que motivou a produção de várias gramáticas, servindo de parâmetro para muitos estudiosos para o processo de gramatização brasileira, tendo em vista que a produção de instrumentos linguísticos constitui a concretização do processo de gramatização, situação em que, de fato, a gramatização se efetiva. Vale salientar que de acordo com Auroux (1992, p. 73-74), esse processo “[...] nunca termina, porque, de um lado, as línguas evoluem, e, de outro, é difícil definir até onde pode-se levar o processo de gramatização, cuja extensão foi muito variável segundo as línguas”.

Com o intuito de traçar um panorama para tais acontecimentos, diversos pesquisadores do Brasil tentaram distribuir o processo de gramatização em períodos. Fávero e Molina (2006) citam os estudos de Nascentes (1939), Azevedo Filho (2000) e Cavaliere (2002), os quais serão abordados abaixo.

Ao apresentarem a proposta do pesquisador Nascentes, Fávero e Molina apontam que esses períodos podem ser distribuídos em quatro:

**o primeiro**, chamado por ele de *embrionário*, começa com a cultura brasileira e vai até 1835, data de publicação do *Compêndio da gramática da língua nacional* de Antônio Álvares Pereira Coruja, seguindo exclusivamente orientação lusitana; **o segundo**, que nomeia de *empírico*, vai de 1835 – com a primeira publicação da *primeira obra de certo valor* (Estudos Filológicos, 1939:23), do mesmo Coruja – até 1881 – data de publicação da gramática de Júlio Ribeiro; **o terceiro** denominado de *gramatical*, vai de 1881 até 1939, data da Fundação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, e instância de inauguração do **quatro período** (NASCENTES, 1939 apud FÁVERO E MOLINA, 2006, p. 47-48, grifo das autoras).

Uma segunda proposta foi apresentada por Leodegário A. de Azevedo Filho. O estudo foi apresentado em um Congresso Internacional que aconteceu na Universidade Estácio de Sá,

em julho de 2000. O trabalho do autor é de extrema relevância, pois fornece um panorama onde reúne as produções feitas no Brasil e as organiza de acordo com as tendências de cada época. De acordo com Fávero e Molina, o autor divide essas produções em cinco momentos:

ao **primeiro** chama de *período de estudo inicial das línguas indígenas em contato com o português* e compreende o século XVI, destacando a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de José Anchieta; ao **segundo**, denomina de *período de imitação da gramática portuguesa*, que percorre os séculos XVII e XVIII, tendo como um dos expoentes a produção do brasileiro Antônio de Moraes Silva; ao **terceiro** período, Azevedo Filho denomina *período purista e de diferenciação idiomática*, que se inicia em 1835, com o *Compêndio de Língua Nacional* de Antônio Álvares Pereira Coruja até 1881, quando começa o **quarto período** chamado pelo autor de *período vernaculista e de evolucionismo linguístico*, com a *grammatica Portuguesa* de Júlio Ribeiro, obra já embasada nos princípios do método histórico-comparativo [...] o **último** período delimitado por Azevedo Filho foi chamado de período *filológico e linguístico*, compreendendo o século XX (FILHO, 2000 apud FÁVERO E MOLINA, 2006, p. 49-50, grifo das autoras).

Ainda conforme as autoras, a proposta mais recente de periodização dos estudos gramaticais é dividida em quatro períodos por Cavaliere:

*embrionário*, de nossas origens até 1802, com o surgimento do *Epitome da Grammatica Portuguesa*, de Antônio Moraes Silva; *racionalista* (1802 a 1881) que tem a figura do maranhense Sotero dos Reis como um dos maiores representantes; *científico*, subdividida em duas fases: *fundadora* (1881 a 1920) iniciada com a *Grammatica Portuguesa*, de Júlio Ribeiro (1881); e *legatária* (1920 a 1941) em que os pesquisadores preocupavam-se exclusivamente com o fato em língua vernácula.

O último período [...] foi denominado de *linguístico* (de 1941 até os dias atuais), compreendendo igualmente duas fases: *estruturalista* (1941 até 1980), cujo maior representante é Mattoso Câmara Júnior; e *diversificada* (1980 até nossos dias), [...] momento em que se iniciam várias linhas de pesquisa (CAVALIERE, 2002 apud FÁVERO E MOLINA, 2006, p. 51, grifo das autoras).

Pode-se notar que a maioria dos pesquisadores consideram a publicação da gramática de Júlio Ribeiro como um divisor de águas, no que se refere ao processo de gramatização, pois foi neste período que começaram a ser produzidos manuais que introduziram efetivamente características do português brasileiro. Em vista disso, Fávero e Molina (2006, p. 50) comentam que o quarto período da periodização feita por Azevedo Filho “foi a considerada por Orlandi (1996), como de gramatização, ou seja, aquela na qual foram produzidos os manuais realmente brasileiros, isto é, escritos por brasileiros para brasileiros”. Antes desse período, considerado por Orlandi como o de gramatização, as gramáticas seguiam a orientação filosófica e possuíam um caráter dogmático no qual imperava a noção de certo e errado que, inclusive, conforme aponta Duarte (2021), ainda hoje prevalecem nas gramáticas contemporâneas. Dessa forma,

Fávero (2000, p. 185) também elucida que, na primeira metade do século XIX, o modelo de gramática que prevalece é a filosófica, que tem por finalidade "reger as regras do pensar", prescrevendo o que é certo e o que é errado na língua. Não havia preocupação com o falar do Brasil. Qualquer variedade diferente era vista como *brasileirismo*, no sentido pejorativo da palavra, pois "a valorização da fala brasileira só se manifestava no ambiente literário, com intelectuais como Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Machado de Assis. Entretanto, há pouca visibilidade na área dos estudos gramaticais" (DUARTE, 2021, p. 135). Contudo, na segunda metade do século XIX, autores como Fausto Barreto, começaram a refletir sobre a língua, agora como 'organismo vivo'. Neste contexto, são produzidas obras gramaticais sob influência das correntes científicas (histórico-comparativas).

Como dito anteriormente, o modelo de gramática que predomina na primeira metade do século XIX é a filosófica. Então, vale salientar que muitas obras gramaticais que foram publicadas no Brasil, praticamente nem abordavam qualquer conteúdo específico à língua portuguesa falada aqui, levando em consideração suas especificidades, afinal "os autores dessas gramáticas seguiam os pressupostos da Gramática Geral e Filosófica, orientados especialmente pela *Grammaire Générale et Raisonnée* e pelos Enciclopedistas e constituem toda a nossa tradição gramatical" (FÁVERO E MOLINA, 2006, p. 55). Neste período, a gramática é vista como uma arte, sendo assim, podemos encontrar definições como:

Gramatica portuguesa é a arte que ensina a fallar, ler e escrever corretamente a lingua portuguesa (Frei Caneca)

Gramatica portuguesa é a arte que ensina a declarar bem os nossos pensamentos por meio das palavras (Pereira Coruja)

Gramatica portuguesa é a arte de falar e escrever corretamente a lingua portuguesa (Sotero dos Reis)

Gramatica é a arte de falar e escrever corretamente: o seu objeto é, portanto, a palavra (Grivet) (ORLANDI, 2001, p. 62-63).

Vale lembrar que os pensamentos sobre nacionalidade ainda eram muito recentes e quaisquer expressões que fossem contrárias aos modelos da língua deixados por Portugal eram considerados vícios de linguagem, portanto, *brasileirismos*<sup>6</sup>.

A produção gramatical brasileira só vai apresentar mudanças a partir da Gramática Portuguesa de Júlio César Ribeiro Vaugham, natural de Sabará-Minas Gerais que, conforme

---

<sup>6</sup> *Brasileirismo*, era a expressão utilizada no período para qualquer diferença notada entre a língua portuguesa de Portugal e a linguagem falada no Brasil.

Fávero e Molina (2006) tornou-se um divisor de água por se distanciar da tradição portuguesa em geral. Contudo, segundo as próprias autoras, mesmo fazendo um grande esforço para se afastar das orientações da Gramática Geral, o gramático não conseguiu se desligar completamente dela. No entanto, Silva (2015) afirma que em estudos mais recentes, Ricardo Cavaliere (2014) aponta que mesmo que o chamado período científico tenha sido inaugurado pela gramática de Júlio Ribeiro, já podia verificar-se algumas inovações bem antes da obra, como por exemplo, na Gramática Elementar de Costa Cunha (1880). Em contrapartida, de acordo com estudos realizados por Duarte (2021), foi descoberto que bem antes destas publicações havia uma gramática que também já começava a refletir sobre a língua no ano de 1872 e já apontava marcas da gramatização brasileira do português. Trata-se da *Grammatica Portugueza* de Julio Cezar Ribeiro de Souza<sup>7</sup>, publicada no estado do Pará. O autor paraense, mesmo tendo escrito sua obra em uma época que estava sob orientação dominante da gramática filosófica e de tradição gramatical portuguesa, não deixa de discutir e criticar problemas gramaticais, ainda que o tivesse que fazer em notas de rodapé, como veremos, neste estudo, mais adiante. O autor, infelizmente, não entra nas discussões de periodização, talvez por não ter chegado ao conhecimento de estudiosos a obra produzida pelo autor paraense<sup>8</sup>.

Na segunda metade do século XIX, temos, então, vários autores que passaram a seguir a inaugurada linguística histórico-comparativa e, segundo apontam Fávero e Molina (2006) buscavam romper com o modelo Filosófico que foi fundado na tradição greco-latina. A partir disso, veremos com mais frequência a gramática sendo vista como uma ciência.

Com a publicação, em 1881, da Gramática Portuguesa de Júlio Ribeiro, isto é, com a introdução do método científico, por influência de Epifânio da Silva Dias e Adolfo Coelho, passamos a encontrar:

Gramática é a ciência dos fatos da linguagem verificados em qualquer língua (Alfredo Gomes)

Gramática é a sistematização lógica dos fatos e normas de uma língua qualquer (Maximiano Maciel) (ORLANDI, 2001, p. 63).

Com relação à valorização do falar brasileiro, nos anos finais do século XIX, passou a ser perceptível nos títulos das gramáticas e nos estudos gramaticais o desejo de se desvincular

---

<sup>7</sup> Julio Cezar Ribeiro de Souza, natural do Acará-Pará, é apontado por Duarte (2021) como o que deu início ao processo de gramatização no Pará. Júlio César Ribeiro Vaugham, mineiro, é apontado como o que iniciou o processo de gramatização no Brasil. As obras desses dois gramáticos contêm o mesmo título *GRAMMATICA PORTUGUEZA*, mas se diferenciam pela data e local de publicação.

<sup>8</sup> Para distinguir os dois autores, neste estudo, tratarei Júlio Ribeiro para o autor nascido em Sabará-Minas Gerais e Julio Cezar para o autor paraense.

de Portugal, pois é nesse período que começam a surgir discussões em torno da diferença entre a Língua Portuguesa do Brasil e a de Portugal. Este é um ponto forte da gramatização brasileira. Além disso, a ligação entre instrumentalização e institucionalização da língua nos dá suporte para compreender como uma consciência histórica de nossa língua, neste caso, o português dos brasileiros, se constitui nesse novo cenário político-social em que a sociedade estava inserida (ORLANDI E GUIMARÃES, 2001). Nesse sentido, a busca por uma identidade nacional tornou-se emergente e essas questões relacionadas à “língua Brasileira” tomaram força. Pode-se aludir, por exemplo, que

[...] a Grammatica da Língua Portuguesa de Pacheco Silva e Lameira de Andrade introduz a palavra “língua” no título, deslocando assim o epíteto “portuguesa” de maneira a qualificar de “portuguesa” não a gramática mas a língua, o que abre um espaço para a determinação “do Brasil”

Um outro procedimento de denominação é o da gramática de Antonio Alvares Pereira Coruja (1835) cujo título é Compendio de Grammatica da Língua Nacional. A posição de denominação evita a discussão do nome de língua e coloca a especificidade da língua no Brasil pelo sintagma “língua nacional” (ORLANDI E GUIMARÃES, 2001, p. 27).

A busca por uma gramática brasileira do português, no final do século XIX, não foi reivindicada somente por gramáticos que eram fiéis à tradição da gramática filosófica, mas principalmente pelos filólogos vindos da filiação à gramática histórico-comparativa que a partir desse momento, começam a produzir um conhecimento da língua que foi posteriormente substituído pelos estudos da linguística.

Dessa forma, de acordo com Orlandi (2002, p. 203) conforme citado por Cristiano Jesuita (2014, p. 28), todo esse processo pode ser sintetizado da seguinte forma:

[Com a nossa independência] a relação com a língua deixa de ser uma questão da relação com os portugueses para ser de brasileiro para brasileiro. Começamos, então, a produzir os nossos instrumentos linguísticos (gramáticas, dicionários, antologias), nossos programas de ensino (Fausto Barreto), nossas instituições (Colégio Pedro II, Academia de Letras, Bibliotecas) o que muda sobre maneira a relação do brasileiro com sua língua. Ao mesmo tempo criam-se normas de estabilização de uma escrita nossa (acordos ortográficos) e uma escritura brasileira (literatura) legitimamente nacional para a nossa língua.

Diante do exposto, pode-se perceber que o processo de gramatização foi impulsionado pela necessidade de instrumentalização da língua escrita. Esse evento foi um dos fatores que estimulou o mercado de livros didáticos, principalmente o de gramáticas que, por sua vez,

alcançou números elevados e tornou-se extremamente produtivo e rentável na segunda metade do século XIX, se comparado a períodos anteriores. E apesar da censura no período, da falta de incentivo do governo e das poucas tipografias que existiam na época “ver-se-á que a produção de gramáticas nesse período obedeceu ao crescimento econômico, ao desenvolvimento cultural e, mais tarde, aos ideais republicanos de educar para civilizar” (GALLY, 2013, p. 62).

Portanto, nota-se que a gramatização no Brasil está fortemente ligada à formação de uma identidade nacional. Este momento de produção intelectual surge em meados do século XIX com o objetivo de separar linguisticamente o Brasil de Portugal. Portanto, o argumento do “novo” vem justamente para quebrar a tradição e descartar a afirmativa de que havia unidade linguística com Portugal. Assim sendo, refletir sobre a constituição de instrumentos tecnológicos brasileiros é uma forma de vislumbrar como uma identidade brasileira é concebida.

## **2.2 A gramatização no estado do Pará**

No século XIX, durante o Império, o estado do Pará foi denominado inicialmente de Província do Grão-Pará e, depois, Província do Pará. Passou a chamar-se de Edo do Pará logo após a Proclamação da República, em 1889. Conforme aponta Duarte (2018, p. 111), no início do século XIX, a escolarização no Brasil ainda não era obrigatória e não havia interesse institucional em se investir em materiais escolares. No intuito de organizar o ensino primário, o governo imperial, por meio da Lei de 15 de outubro de 1827, determinou que

Art. 1º – Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias.

[...]

Art. 4º – As escolas serão de ensino mutuo nas capitais das províncias; e o serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se.

Art. 5º – Para as escolas do ensino mutuo se aplicarão os edifícios, que houver com suficiênciã nos lugares delas, arranjando-se com os utensílios necessários á custa da Fazenda Pública e os Professores, que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e á custa dos seus ordenados, nas escolas das capitais.

Art. 6º – Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, e os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica apostólica romana, proporcionando á compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil [...] (BRASIL, 1827).

Contudo, o direito à instrução pública estava apenas no papel, visto que sequer havia espaço adequado para a instrução pública. Maciel e Rocha (2015, p. 50) afirmam que a maioria das escolas que foram criadas na segunda metade do século XIX, apresentavam um cenário extremamente precário e de total atraso, “a estrutura física dos estabelecimentos de ensino era considerada inadequada e comprometedora da qualidade do ensino”. Entretanto, em meados do século XIX, surgiram algumas leis que foram extremamente importantes para o desenvolvimento da educação no Brasil e no estado do Pará.

Para isentar-se das responsabilidades sobre a instrução pública nas províncias, o governo imperial instituiu o Ato Adicional de 1834, que deu início aos sistemas de ensino nas províncias, responsabilizando-as pela organização do ensino primário e secundário, bem como pela formação dos professores. Em 1839, conforme aponta Hallewell (1985, p. 120-121), a nomeação de Bernardo de Souza Franco para a presidência do Pará e as inúmeras reformas que ocorreram na instrução pública, foram extremamente importantes para o desenvolvimento cultural do estado. De acordo com a Lei n. 33, de 30 de setembro de 1839, expedida por Bernardo de Souza Franco,

Art. 1º. Fica autorizado o Presidente da Província a instituir nessa cidade uma Escola Normal, e a engajar na Corte do Império algum aluno hábil da escola ali criada, ou a mandar aplicar-se nela algum paraense, que dê provas de capacidade e aplicação.

Art. 2º. Também fica autorizado para mandar reimprimir o curso normal para os professores primários de Mr. Degerando, já traduzido no Rio de Janeiro, o qual será distribuído pelo professor da Escola Normal aos seus alunos, e o será também a todos os professores de primeiras letras da província (PARÁ, 1839).

Depois, em 28 de junho de 1841, foi decretada e sancionada a Lei n. 97, pelo então Vice Presidente da Província, que diz respeito à instrução primária.

Art. 2º. A Instrução Primária geral e gratuita para todos os Cidadãos [art. 179 § 3º da Const.] será ensinada em Escolas, e constará das duas seguintes Classes de estudos aplicados a ambos os sexos.

Classe 1ª. Leitura e Escrita ou Caligrafia, Princípios de Aritmética com o perfeito conhecimento das quatro operações aritméticas em números inteiros, fracionados, complexos, e proporções; Gramática da Língua Nacional, e Elementos de Ortografia.  
Classe 2ª. Princípios de Moral Cristã e da Religião do Estado, Noções de Civilidade, Elementos Gerais de Geografia, Leitura da Constituição e da História do Brasil (PARÁ, 1841).

Muitas outras leis vieram depois, como a Reforma Couto Ferraz, instituída através do decreto 1.331 - A de 17 de fevereiro de 1854, que institucionalizou a escolarização no Brasil. Duarte (2018, p. 113), inclusive, critica a postura adotada no decreto e postula que,

O Decreto destaca a instrução pública primária, tornando obrigatório o ensino a crianças maiores de 7 anos livre (art. 64). Um fato interessante da Reforma de Couto Ferraz é que a obrigatoriedade do ensino primário não se aplica aos filhos de escravos. Considerando que, em 1854, a comunidade de escravos era predominantemente negra, isso mostra que, historicamente, o negro foi privado da educação oficial e dos resultados que a inserção da criança no ensino formal trouxe e (continua trazendo) a ela, como cidadã, e à sociedade.

É notório que esses diversos preceitos legais acarretaram muitas mudanças para a educação. No entanto, muitas dessas leis ficaram somente no papel, pois não bastava somente reformar o ensino primário, mas também torná-lo acessível a todos.

Como já foi mencionado neste trabalho, o final do século XIX, foi na história do Brasil um momento de grandes transformações. E a instituição da escola foi de extrema importância para o processo de gramatização em nível nacional. Para Coelho (2008, p. 46), a disseminação da escola na segunda metade do século XIX trouxe a transição de uma escola “sem uniformidade e de acesso limitado para o modelo gradual, racional e de acesso obrigatório e universal”. A autora aponta que

A prática do ensino simultâneo e a consolidação do programa de ensino distribuído coerentemente pelas séries graduais tornaram-se aspectos relevantes da inovação da escola primária, pois ressaltavam a economia de custos e a racionalização pelo uso e aproveitamento dos princípios da divisão do trabalho e critérios da administração científica. (COELHO, 2008, p. 80).

O método de ensino simultâneo, apontado pela autora, foi idealizado por Jean Baptiste de La Salle e introduzido nas escolas primárias a partir de 1850. Contudo, Fávero e Molina (2019) apontam que a aplicação deste método só foi possível mediante a produção de materiais didáticos, isto é, livros e cadernos.

No final do século XIX, com a expansão das escolas para as províncias e a supervalorização da educação como uma ferramenta da modernidade, civilidade e unidade nacional que consistia em um dos pressupostos republicanos, houve “um movimento no qual a educação da população era considerada um elemento propulsor, capaz de viabilizar o processo de evolução da sociedade paraense” como postulam Maciel e Rocha (2015, p. 50). Nesse período, a província do Pará passou por diversas mudanças não somente de ordem política, mas também cultural, econômica, social e educacional. No ano de 1880, com o advento do ciclo da borracha, a economia da província estava em alta, o que atraiu diversos imigrantes. Além disso, era tamanha a prosperidade que Belém, ao passar por transformações urbanísticas, passou a ser chamada de *Petite Paris*. Assim, a exploração e comercialização da borracha acabou

oportunizando o crescimento da industrialização e da urbanização. Deve-se também levar em consideração que “juntamente com esses fatores, outros elementos, como o advento da República, o fim da escravidão, a imigração, demandaram uma nova organização social presumida mais moderna e civilizada” (MACIEL E ROCHA, 2015, p. 49).

Moreira (1979) expõe que, assim como em outras regiões do país, foi somente após a independência do Brasil que o Pará passou a ter condições efetivas para a impressão e edição de livros escolares. No entanto, segundo o autor, as oficinas gráficas eram tão rudimentares nesse período que não podiam imprimir livros. O Instituto Lauro Sodré e a Imprensa Oficial imprimiram poucos livros, mas tiveram uma importante participação na impressão de algumas obras didáticas, inclusive gramáticas. Ao comentar sobre a produção de livros escolares, Coelho (2002, p. 3) afirma que o crescimento dessa produção se deu a partir de 1890, com o apogeu econômico do ciclo da borracha:

O Instituto Lauro Sodré, escola profissionalizante do estado do Pará, e a Imprensa Oficial do Estado também imprimiram alguns dos livros didáticos adotados nas escolas paraenses. O apogeu da produção editorial aconteceu no período de 1890 a 1920, quando foi impressa a maioria dos livros didáticos.

No início do século XX, Theodoro Braga expõe que, nesse período, houve um grande volume de livros escolares produzidos para a instrução. Segundo o autor,

Volumosa é a bagagem litteraria que tem servido á mocidade paraense para sua educação e instrucção elementar servindo muitas das obras publicadas para seus estudos superiores. E’ o Pará um dos Estados da União Brasileira que mais tem produzido em livros didacticos para a infância, no porfiado empenho de lhe facilitar e aperfeiçoar o ensino, tornando-o ao mesmo tempo proveitoso (BRAGA, 1913, p. 76).

Braga (1913) traz uma lista de produções escolares aprovadas pelo Conselho Superior da Instrução Pública do Estado. Entre esses compêndios, temos: livros de leitura como *Selecta Litteraria* de Vilhena Alves; gramática como a *Grammatica Portugueza*, de Julio Cezar; livros de aritmética, geometria e outros. Coelho (2002, p. 3), ao falar sobre o Conselho de instrução pública, elucida que este “assegurava o controle ideológico, a qualidade didática e a adequação científica dos livros”, o que possibilitava a sua adoção no ensino público. Muitos destes livros foram impressos durante o “boom” do ciclo da borracha, o que colaborou grandemente para o surgimento de um mercado para essas obras, propiciando um crescimento na editoração durante o período.

Ao falar sobre a produção de instrumentos linguísticos, Moreira (1979, p. 15) expõe que dentre os livros mais produzidos no estado do Pará nas diferentes áreas, os de “Leitura, Gramática, Moral e Cívica, Geografia, História e Matemática são as matérias que mais se refletem em nossa bibliografia escolar”, especialmente as de Leitura e Gramática, não só no que se refere ao número de obras, como em relação ao número de edições. Este fato, favorece o processo de gramatização em nosso estado. Além disso, a maioria dos autores de obras escolares pertenciam ao corpo docente de tradicionais estabelecimentos oficiais do estado. Isso, com toda certeza, pode ter motivado muitos desses autores a produzirem gramáticas.

Nesse sentido, Braga (1913, p. 76) declara que

[...] o Estado do Pará, fazendo evoluir a instrução publica, concorre poderosamente para o decrescimo do analfabetismo. Para esse benefico resultado, n'um concurso harmonico e isochrono, actua de um lado a sábia orientação do Governo, tomando medidas acertadas, e de outro, a coadjuvação dos collegios e escolas de iniciativa particular, contribuindo todos para o alevantamento moral e intellectual dos seus habitantes.

A contribuição particular accentua-se, sobretudo, na organização de compendios e outros trabalhos para o desenvolvimento da intelligencia.

Notadamente, na fala de Theodoro Braga, percebe-se que a gramatização constituindo um processo de instrumentalização das línguas acaba por alterar os meios de comunicação ao organizar instrumentos que propiciam uma certa estabilidade linguística em torno da língua, trazendo contribuições para a instrução pública no estado. Além disso, ao falar sobre a produção gramatical no Pará, Moreira (1979, p. 29) afirma que,

Ainda que não sejamos uma “terra de gramáticos”, no sentido convencional da locução, como por exemplo o Maranhão, temos contudo no Pará alguns valores expressivos neste particular, sobretudo pelo interesse e dedicação com que se houveram no ensino e difusão da língua. Em poucas matérias fomos tão favorecidos como em Gramática, e a prova está no destaque que ela tem na bibliografia escolar do Estado.

É relevante aludir que, um autor de máxima importância para o início do processo de gramatização no estado do Pará foi Julio Cezar Ribeiro de Souza. De acordo com Moreira (1979) tudo indica que esse foi o primeiro autor a publicar uma gramática destinada ao ensino de língua vernácula.

Sua *Gramática Portuguesa* apareceu em 1872, sendo aprovada pelo Conselho Diretor de Instrução Pública, que além disso premiou o autor com a importância de 1 conto de réis. (1.000\$000 segundo o padrão monetário da época), por considerar o seu

compêndio “o melhor dos que atualmente existem” de acordo com o parecer do referido Conselho (MOREIRA, 1979, p. 30)

O autor comenta ainda que,

Cremos que essa referência ao fato de ser “o melhor” dos que já existiram se relaciona com os compêndios adotados no Pará mas editados fora daqui, pois não conhecemos trabalho dessa natureza anterior ao desse autor. Em termos de editoração local, parece que a gramática de Júlio César foi realmente a primeira publicada no Pará (MOREIRA, 1979, p. 30).

Lembremos que, na primeira metade do século XIX, o modelo de gramática que impera é a filosófica. Na segunda metade desse século, já podemos perceber obras sob influência das correntes científicas que tinham o intuito de pensar a língua como organismo vivo. Como o crescimento de produção de compêndios se deu nos anos finais do século XIX, podemos notar tais influências na gramática do autor paraense Julio Cezar, na qual já verificamos marcas da gramatização brasileira do português, ao constatar que o autor já criticava diversos problemas presentes na tradição gramatical portuguesa, como o problema da subjetividade do ‘se’ que, segundo Moreira (1979) acabou motivando a mais extensa e interessante nota de sua gramática.

Duarte (2021) aponta que o processo de gramatização no estado do Pará inicia no ano de 1872, a partir da publicação da Gramática Portuguesa de Julio Cezar Ribeiro de Souza. Entretanto, outros autores como, Philippe Pinto Marques, Cônego Dominiciano, Paulino de Brito, Laudelino Baptista e Francisco F. de Vilhena Alves, também tiveram uma importante contribuição para o desenvolvimento do processo de gramatização no estado. Sem contar que a produção desses autores era repleta de empenho e patriotismo, uma das características que levaram ao processo de gramatização no Brasil. Além disso, situavam-se em um “movimento continuado em prol da instrução publica” (BRAGA, 1913, p. 79)<sup>9</sup>.

Um outro fato que fortaleceu o processo de gramatização do português no estado foi a criação do Regulamento Geral do Ensino Primário em 1891. De acordo com Coelho (2002), a partir desse regulamento, cresceu significativamente a quantidade de obras escritas e editadas no Estado, dentre as quais, temos: *Compendio de Analyse Moderna, Lexicologia e Syntactica* e *Primeira Grammatica da Infância*, ambas de Francisco F. de Vilhena Alves; *Grammatica Complementar da Língua Portuguesa*, de Paulino de Brito, entre outras.

---

<sup>9</sup> Mais adiante, daremos mais ênfase à vida e à produção intelectual de alguns desses autores.

É importante citar que “de forma velada ou explícita, a produção didática paraense da segunda metade do século XIX e das duas primeiras metades do século XX constitui resposta a ideologias sobre a educação nacional” (DUARTE, 2018, p. 140). Dessa forma, é preciso entender que as ideologias dominantes do período acabam sendo reveladas nos livros. Toma-se como exemplo o autor paraense Julio Cezar Ribeiro de Souza, já citado anteriormente, que foi

Obrigado a adaptar a sua gramática à orientação dominante na época, o autor manifesta vez por outra suas discordâncias dessa orientação através de notas de pé de página, umas breves, outras extensas e eruditas, que denotam o seu preparo e espírito crítico. O caráter dissidente dessas notas mostra a independência dos seus pronunciamentos em relação a certos problemas gramaticais [...] (MOREIRA, 1979, p. 30).

Estas mudanças que o autor teve que fazer envolvem fatores de ordem social, política, econômica e cultural. Além disso, foram mentalidades que nortearam a elite brasileira e paraense durante o período. Infelizmente,

É pena que muitos de nossos gramáticos tenham ficado no obscurecimento, absorvidos pela rotina do magistério; que outros tenham chegado a compendiar suas experiências no campo do ensino, sem poderem no entanto publicá-las; e que outros finalmente, tenham dado à publicidade suas produções, mas delas só tenhamos notícia através de referências escassas e muitas vezes imprecisas (MOREIRA, 1979, p. 29).

Esta afirmação mostra que a produção de instrumentos linguísticos no estado estava em curso no século XIX, entretanto, muitas dessas gramáticas nem chegaram ao conhecimento do público por nem terem sido publicadas. Ademais,

Como aconteceu noutros setores culturais, a valorização da borracha se refletiu fortemente em nossa literatura escolar, podendo-se dizer que ela culminou na fase áurea do ciclo gomífero, isto é, em fins do século passado e início do atual. Salvo algumas exceções, nossas melhores obras escolares surgiram nesse período. Depois disso, decaiu consideravelmente o nosso movimento editorial nesse setor. A conjuntura econômica decorrente da crise da borracha concorreu decisivamente para isso, pois trouxe desestímulo à editoração local de obras dessa natureza. Nossos livreiros passaram então a se dedicar mais à importação dos livros didáticos do Sul do País do que a editar e reeditar os daqui (MOREIRA, 1979, p. 19).

Entenda-se que, quando o autor usa a expressão “fins do século passado e início do atual” está referindo-se ao final do século XIX e início do século XX, período da fase áurea da borracha que alavancou a produção de livros escolares no Pará, com especial destaque às gramáticas. Note-se que o processo de gramatização, além de propiciar uma estabilidade linguística em torno da língua, foi capaz de alterar espaços de comunicação, pois constitui um

procedimento de instrumentalização das línguas. A gramatização alterou toda a ecologia da comunicação, bem como o estado do patrimônio linguístico da humanidade (AUROUX, 1992, p. 70).

### **3 A PRODUÇÃO DE GRAMÁTICAS PRIMÁRIAS NO PARÁ NO PERÍODO DE 1850 A 1920**

No século XIX, o Brasil passou por diversas mudanças políticas e sociais, conforme já tratado neste trabalho. O processo de gramatização brasileira está ligado a essas mudanças. Nesse período, os ideais liberais, como a busca pela valorização da língua nacional e o combate às influências estrangeiras, conquistaram mais espaços levando diversos intelectuais a produzirem obras escolares e não escolares repletas de sentimentos nacionalistas. Choppin (2004, p. 552-553) postula que os livros escolares assumem funções essenciais, podendo variar de acordo com “o ambiente sociocultural, a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização”: são fontes para a história (documentos) e trazem consigo programas e metodologias de ensino, além de veicularem ideologias de cada época representadas nos aspectos culturais, nos valores etc. O estudo do processo de produção, editoração e difusão desses instrumentos linguísticos possui grande relevância, pois ajuda a entender como se dava o processo de produção gramatical, bem como o processo de gramatização do português no Brasil.

#### **3.1 O livro no Brasil**

A escolarização, no Brasil, ainda não era obrigatória na primeira metade do século XIX. Não havia interesse por parte das instituições em produzir materiais didáticos. O mercado de livros escolares nesse período era pequeno e não despertava muito interesse das editoras nacionais. Laurence Hallewell explica que,

Como qualquer outra coisa, era uma questão de oportunidade até então, o mercado escolar simplesmente não tinha sido suficientemente grande para justificar toda a atenção de qualquer firma. A educação primária gratuita e universal fora introduzida como um conceito abstrato desde a constituição de 1823 (art.179), mas nunca houve recursos ou professores em quantidade suficiente (HALLEWELL, 1985, p. 207).

A Impressão Régia<sup>10</sup> foi a grande responsável pela publicação dos primeiros livros escolares no Brasil. Na segunda metade do século XIX, a expansão do sistema educacional possibilitou a produção de livros. O desenvolvimento de centros urbanos tornou-se mais intenso

---

<sup>10</sup> Este foi o seu nome até fevereiro de 1817, posteriormente foi chamada de Real Officina Typographica, sendo simplificado no começo de 1821 para Régia Typographia. Todavia, no mesmo ano, com a chegada dos liberais no poder foi decretada a mudança de “real” por “nacional” tornando-se a Typographia Nacional (HALLEWELL, 1985, p.44)

com a presença das indústrias. E esse processo de industrialização no país, trouxe para essas regiões uma enorme concentração populacional, o que propiciou a criação de diversas escolas tanto para o ensino primário quanto para o secundário.

A revolução na educação brasileira começou mais ou menos no último ano do Império, quando os políticos finalmente tomaram consciência do atraso da nação [...]. A mudança do regime, em novembro de 1889, também foi importante, pois a nova República, seguindo, na educação como em tantas outras coisas, o modelo dos Estados Unidos, procurou substituir a herança educacional elitista do Brasil [...] (HALLEWELL, 1985, p. 208).

Nesse novo cenário, a educação era pensada como um mecanismo para incutir esses novos ideais de país livre. E de acordo com Fávero e Molina (2019, p. 18) “a independência instaurou um aumento no clima de euforia e de ufanismo patriótico, fazendo surgir obras de exaltação à pátria, à gente e à natureza”, o que ocasionou diversas mudanças. Assim, “as reformas feitas no afogadilho continuavam, mas a seriedade de alguns estabelecimentos de ensino e a notoriedade de alguns de seus mestres trabalhavam em prol de, paulatinamente e incansavelmente, imprimir respeitabilidade à Educação no país” (FÁVERO E MOLINA, 2006, p. 42).

Foram inúmeras as reformas que ocorreram nos programas de ensino. No que se refere ao ensino de língua portuguesa, havia uma oscilação entre as correntes de influência humanista e a científica. Nesse sentido, durante todo o século XIX, a escola passou por diversas reformas e, no final desse século e início do século XX, houve várias propostas pedagógicas supostamente inovadoras, mas infelizmente, conforme apontam Fávero e Molina (2019, p. 27) a escola “continuava (ou continua?) quase a mesma, cerceada por decretos feitos apressadamente, sem muita reflexão e verticalidade, apesar das contínuas críticas ao modelo educacional que teimava em reinar nas instituições”. Assim, o que aparentava ser bastante promissor nos anos finais do século XIX, permanecia quase que inalterado no início do século XX. As diversas reformas pelas quais a escola passou estavam frequentemente ligadas a um projeto político que tinha o objetivo não só de alfabetizar, mas também de engendrar através da cultura nacional e da noção de progresso, uma nova consciência cívica.

Julia (2001) elucida que nos anos 80 diversos países assistiram à comemoração das grandes leis que no fim do século XIX, instituíram a obrigatoriedade do ensino. A crescente necessidade de alfabetização, bem como o domínio da leitura e da escrita para ascender socialmente, propiciaram a criação de várias obras que foram utilizadas nas escolas. Acresce

que é de conhecimento geral que, em nosso país, no ensino de língua portuguesa, a gramática teve primazia sobre a leitura e a escrita. E no que se refere aos livros escolares no século XIX e início do século XX, havia um grande destaque conferido à gramática no ensino de português. Dessa forma, segundo Orlandi (2013), historicamente, o ensino de língua portuguesa está fortemente ligado à gramática, pois esta é a forma dominante de estudo da língua na escola. Ao falar sobre a gramática, Cristiano Jesuíta (2014, p. 29) aponta que o século XIX pode ser descrito como “o século da gramática”, visto que houve um expressivo crescimento de publicação de gramáticas, dicionários, apostilas, manuais e livros escolares no Brasil, especialmente na segunda metade desse século.

No final do século XIX, há uma proliferação de trabalhos brasileiros para dar um lugar explícito a sua vida intelectual: constituição das disciplinas e de um ensino escolar, publicações nos domínios da língua e da literatura. A gramática é um destes objetos que, consciente ou inconsciente, os intelectuais desta época produziram visando formar brasileiros em uma sociedade em que o saber tivesse seu lugar. [...] É neste sentido que o processo de gramatização brasileira do português faz parte de um novo espaço de produção linguística (ORLANDI, 2001, p. 24).

Além disso, no Brasil oitocentista, a publicação de gramáticas só era possível após serem aprovadas pelas instâncias censoras do Império. Entretanto, sua circulação dependia das “exigências de ensino a que elas estavam atreladas, das relações que mantinham com o poder educacional e do interesse dos editores”. Por outro lado, para a publicação dos compêndios, era requisitado do autor não só reconhecimento como disponibilidade de verbas para custear a impressão e a distribuição dessas obras, sem contar com outro grande obstáculo do período: a censura que, por sua vez, incentivava livreiros e editores a se responsabilizar pelos protocolos necessários para a publicação de livros didáticos, entre outros (GALLY, 2013, p. 62). E conforme Hallewell (1985, p. 40) “infelizmente, raramente temos meios de saber quando a iniciativa para uma determinada publicação partiu do livreiro, da impressão ou do autor, embora possamos ter bastante certeza em alguns casos”. Mas, inquestionavelmente, como aponta Gally (2013) apesar da censura e de todas as dificuldades enfrentadas, pode-se perceber um número expressivo de gramáticas produzidas no período, mesmo com as poucas tipografias existentes e a falta de incentivos do governo.

Em relação aos editores que se destacaram no período, podemos citar B. L. Garnier, que segundo Hallewell (1985) foi o primeiro editor e livreiro que se esforçou verdadeiramente, tomando para si um risco comercial por sua própria iniciativa, a fim de atender à necessidade de comercialização de livros escolares brasileiros. Entretanto,

Como a maioria dos livreiros da época - nas cidades das províncias da Europa, assim como nas do Brasil - Garnier não podia, no início, depender apenas das vendas de livros: também negociava com artigos de papelaria e com uma miscelânea de artigos importados, desde guarda-chuvas e bengalas até pílulas, unguentos e charutos. B. L. Garnier começou também a publicar livros, embora não o fizesse em larga escala antes de fins da década de 60 (HALLEWELL, 1985, p. 128).

Além de Garnier, outro editor e livreiro que também teve grande destaque no período foi Francisco Alves que lidava especialmente com livros didáticos. Hallewell (1985) expõe que talvez, por priorizar livros didáticos, sua loja não atraía reuniões de outros escritores. Contudo, ao findar a primeira década do século XX, Alves já não podia mais ser ignorado, pois naquele período ele já havia conquistado o lugar de Laemmert e já estava tomando a tradicional predominância de Garnier. Francisco Alves trabalhava incansavelmente e gastava grande parte do seu tempo livre em escrever os próprios livros didáticos.

Francisco manteve a linha de trabalho do tio, ampliando-a com a inclusão de material para a escola primária, e desenvolvendo a parte editorial. Os livros didáticos proporcionam uma linha de vendas segura e permanente; dão também ao editor nacional uma vantagem sobre competidores estrangeiros, cujos produtos jamais podem adaptar-se tão bem às condições ou aos currículos locais. Baptiste Garnier já tinha, por essa razão, começado a desenvolver a publicação de livros didáticos, mas Francisco Alves foi o primeiro editor brasileiro a fazer disso o principal esteio de seu negócio (HALLEWELL, 1985, p. 207).

Duarte (2018, p. 117) afirma que Francisco Alves, além de conquistar o comércio livreiro nacional, se lançou no comércio livreiro do exterior e adquiriu a firma “A editora” e parte das livrarias “Bertrand” em Portugal e “Aillaud” em Paris. Dessa forma, deve-se considerar a importante contribuição de Alves para a difusão da literatura brasileira, bem como a contribuição de seus compêndios escolares, pois “[...] parcela muito pequena do que se publicava em literatura no Brasil conseguia alguma distribuição eficiente ou qualquer impacto real fora da elite intelectual do Rio de Janeiro e de algumas das maiores capitais dos estados”. Na verdade, foram os livros didáticos que de fato atingiram a consciência da nação e a partir deles grande parte dos brasileiros tiveram contato com a sua herança literária (HALLEWELL, 1985, p. 214).

Nesse contexto de produção de compêndios escolares no Brasil, Duarte (2018) aponta que na segunda metade do século XIX o estado do Pará já ocupava uma posição de destaque em relação à produção de livros escolares. Por esta razão, na próxima seção, pretende-se discutir o processo de editoração dessas obras no estado, a importância das primeiras editoras paraenses

e as principais características de nossa publicação. Além disso, é necessário destacar as obras produzidas bem como os autores que foram referência na produção de livros escolares no período citado.

### 3.2 A produção de gramáticas no estado do Pará

Em relação ao panorama editorial do estado, assim como em outras regiões do Brasil, o estado do Pará só passou a ter condições adequadas para imprimir e editar obras didáticas a partir da independência de nosso país. Lógico que isso não ocorreu de imediato, pois nossas primeiras oficinas gráficas, conforme aponta Moreira (1979) eram bastante rústicas e não se achavam em condições de imprimir livros. Hallewell (1985) aponta que em meados do século XIX, logo após o Maranhão consolidar-se no ramo de produção de livros, a próxima província que obteve uma impressora foi a do Pará. João Francisco Madureira foi quem construiu a própria máquina tipográfica e equipamentos. Madureira, inclusive, requisitou subsídios do governo, pois estava sem recursos para colocar a gráfica para funcionar, mas infelizmente o governo já havia solicitado uma impressora de Portugal, por meio de uma missão coordenada por Felipe Alberto Patroni Martins Maciel. Moreira (1979, p. 11), por sua vez, afirma que “o patriarca dos impressores de livros no Pará foi Honório José dos Santos” o qual lançou diversos livros através de sua firma impressora Santos & Menor<sup>11</sup>, mas, ao que tudo indica, ele não dedicou-se à impressão de obras didáticas. O que se sabe é que o *Compêndio da Língua Brasileira* (1858) de Francisco Raimundo Correia de Farias \_ que foi professor da matéria no Seminário Episcopal \_ foi talvez a única obra escolar impressa por esta firma.

Dentre as primeiras obras impressas no estado, temos:

**Imagem 1:** Compêndio das Eras, 1838.

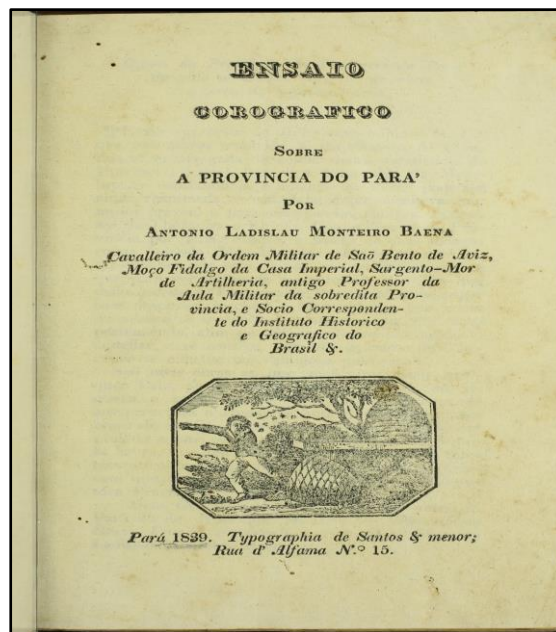
**Imagem 2:** Ensaio Corográfico, 1839.

---

<sup>11</sup> Essa firma mudou sua razão social para Santos e Filhos e posteriormente para Santos e Irmão (HALLEWELL, 1985, p. 121).



Fonte: <https://fauufpa.org>, 2021.



Fonte: <https://digital.bbm.usp.br>, 2021

As diversas reformas, com o intuito de reorganizar o ensino público, colaboraram expressivamente para o crescimento da produção e da editoração de obras escolares de autores paraenses a partir da segunda metade do século XIX. Além do mais, no final do século XIX e início do século XX, o surto econômico gerado pelo ciclo da borracha alavancou a produção escolar paraense e fortaleceu uma grande variedade de gráficas e livrarias que se estabeleceram no Pará, até mesmo as estrangeiras, principalmente francesas e portuguesas. “Foi expressiva, no entanto, a produção e editoração de livros didáticos de autores paraenses, em um contexto educacional profícuo de ampliação do ensino público e inauguração de vários grupos escolares” (CARDOSO, 2013, p. 70).

Destacaram-se como casas ou firmas editoras, a

F. M. da Silva & Cia., substituída posteriormente por J. B. dos Santos & Cia., estabelecida na Rua dos Mercadores, que depois se chamaria João Alfredo, onde pontificava e esteve durante muito tempo a sua movimentada Livraria Clássica; Taveira & serra, também na Rua dos Mercadores; Pinto Barbosa & Cia., na Rua Formosa, a atual 13 de maio, esquina da trav. 7 de Setembro; A. Loiola, na Rua de Santo Antônio; Porto de Oliveira & Cia., na Trav. Campos Sales, com a sua acreditada Livraria Escolar (MOREIRA, 1979, p. 12).

A livraria Clássica<sup>12</sup> ganhou destaque especial no período não só por seus lançamentos, como por sua dedicação à atividade editorial.

A livraria clássica, originariamente da firma Viana & Silva, foi fundada em 1855. Passou sucessivamente à responsabilidade das firmas M. F. da Silva & Cia. e J. B dos Santos & Cia., tendo atingido o apogeu das suas atividades editoriais quando esteve sob a responsabilidade desta última. Guardadas as devidas proporções, exerceu entre nós papel equivalente ao da Livraria Francisco Alves no Rio de Janeiro. Cerca de vinte obras didáticas foram lançadas por esta editora, sem contar outro tanto em obras de outra natureza. Na sua fase editorial, nenhuma outra se aproximou sequer desta recordista de obras escolares (MOREIRA, 1979, p. 12).

Ainda segundo o autor, algumas de nossas importantes editoras do passado, como a Livraria Universal, de Tavares Cardoso & Cia e a Livraria Carioca, de J. A. Teixeira Pinto, pouco fizeram no que se refere a editoração para fins escolares. A livraria universal, ganhou notabilidade com o lançamento de obras de cunho histórico, a saber, as obras de João Lúcio de Azevedo *‘Estudos de História Paraense’* e *‘Jesuítas no Grão-Pará’*. Já a Livraria Carioca, por sua vez, se notabilizou como editora de obras literárias. O mesmo se deu com a casa editora e oficina gráfica (euzeveriana), de Alfredo Augusto Silva, da qual saíram importantes obras literárias como *‘Cantos Amazônicos’* de Paulino de Brito (MOREIRA, 1979, p. 13). Com efeito, a Imprensa Oficial do Estado, bem como o Instituto Lauro Sodré<sup>13</sup> também imprimiram livros didáticos que foram adotados nas escolas paraenses. Sem contar que alguns destes livros escolares foram impressos em gráficas estrangeiras<sup>14</sup>, principalmente em países como Portugal e França, pois

De um modo geral, nossas primeiras obras didáticas são materialmente pobres, de pequeno formato, com desinteressante apresentação gráfica. Não havia ainda comércio editorial organizado, de modo que essas obras eram quase sempre impressas às expensas dos próprios autores. Só com o advento da fase áurea da borracha é que surgiu verdadeiramente mercado para essas obras, cujo ritmo de editoração cresceu por isso consideravelmente nessa fase, permitindo até mesmo a impressão de algumas delas no estrangeiro, principalmente na França, onde se notabilizaram neste particular os estabelecimentos gráficos de Aillaud & Cie. e Jablonski, Vogt & Cie., da capital francesa (MOREIRA, 1979, p. 14).

---

<sup>12</sup> Não podemos confundi-la com a Livraria Clássica que foi fundada no Rio de Janeiro pelo imigrante português Nicoláo Alves, no ano de 1854. Esta, por sua vez, passou para a gestão de Francisco Alves e transformou-se na Livraria Francisco Alves (DUARTE, 2018, p. 119).

<sup>13</sup> Escola profissionalizante do estado do Pará.

<sup>14</sup> Nossa principal editora, a Livraria Clássica, foi a que mais utilizou os serviços de gráficas estrangeiras. E Moreira (1979, p. 14) expõe que isso demonstra não só o grau de prosperidade que o estado alcançou, como também a facilidade que o estado tinha em relação ao plano internacional, pois eram poucos os estados de nosso país que se beneficiaram destes serviços.

Na última parte do século XIX, a grande relevância do comércio livreiro de Belém “pode ser avaliada pelo catálogo da Garraux de 1883, onde os calofãos de Belém em número, vinham logo depois dos do Rio de Janeiro, Maranhão (§44), São Paulo (§97), Pernambuco e Minas gerais (§24)” (HALLEWELL, 1985, p. 121).

Como já foi citado neste estudo, no final do século XIX e início do século XX, no Brasil \_ fase de transição do Império para a República \_ muitos autores que já haviam publicado algumas obras escolares no Império tiveram que adequar suas obras aos ideais republicanos, como aponta Duarte (2018). Este foi um momento em que segundo Fávero e Molina (2006), o brasileiro via-se dividido entre a modernidade preconizada pela República e a tradição, herança de um país que havia saído há pouco tempo do regime monárquico. Além disso, a valorização da borracha veio refletir demasiadamente na literatura escolar do período e “com base nos reflexos culturais desse ciclo econômico, podemos periodizar as letras didáticas do nosso Estado em três fases: a anterior, a concomitante e a posterior a esse ciclo” de forma que a borracha não foi só uma fase da vida econômica, mas também da vida cultural do estado (MOREIRA, 1979, p. 20). Nesse contexto, o estado do Pará já ocupava uma posição de destaque no que se refere à produção de livros escolares. Moreira (1979, p. 11) elucida que “entre os setores culturais em que o Pará comporta um honroso confronto com o que de melhor existe no País inclui-se sem dúvida o setor das letras didáticas”. A respeito dessa produção, Coelho (2002, p. 1) pondera que

Os livros escolares com maior número de obras produzidas foram os de gramática, leitura e moral e cívica, porém todas as disciplinas do ensino primário foram contempladas com a produção de livros escolares de autores paraenses. É relevante perceber que a intensa movimentação na área da editoração no Pará ocorreu no período áureo do ciclo da borracha. O final do século XIX e início do século XX foi um período de prosperidade na Amazônia e o mercado editorial participou desse crescimento econômico e cultural da região.

A gramática, como dito anteriormente, já possuía grande destaque no ensino de português. Esse gênero escolar, de acordo com Auroux (1992) tornou-se tanto uma técnica pedagógica de ensino-aprendizagem das línguas quanto um meio de descrevê-las. O desenvolvimento da fala se dá de forma espontânea e natural, nas relações sociais. Mas, o sistema de escrita exige um processo de aprendizagem complexo. A escrita envolve um dos papéis fundamentais da gramática: sistematizar para, então, transmitir o saber linguístico (FÁVERO E MOLINA, 2006). Nesse sentido,

a gramática não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la também como um instrumento linguístico: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor (AUROUX, 1992, p. 69).

Chervel (1990) aponta que diversos conteúdos de ensino que são impostos à escola são característicos da sociedade que a rodeia, bem como da cultura em que ela se banha. Ainda conforme o autor, a escola ensina a gramática porque esta é uma criação secular dos linguistas e expressa a verdade da língua, o que é possível constatar em diversas gramáticas do período de estudo, principalmente as que seguiam a corrente filosófica, no qual vemos expressões como “Falla e escreve correctamente quem se conforma com as regras sancionadas pelos dictames da boa razão, e segundo os usos respeitáveis pelo assenso que grangearão dos doutos” (GRIVET, 1881, p. 1). Além disso, em relação ao ensino de gramática, Chervel (1990, p. 181) aponta ainda que “a escola ensina, sob esse nome, um sistema, ou melhor, uma combinação de conceitos mais ou menos encadeados entre si”. Além do mais, a própria origem da gramática escolar não deixa dúvidas sobre a sua real função.

Assim, para que uma gramática fosse adotada para o ensino nas escolas, precisava ser aprovada pelo Conselho de Instrução Pública do Estado (chamado de Província, no período Imperial). Ao falar sobre os pré-requisitos para se escrever bons livros escolares, o professor Vilhena Alves, autor de diversas obras didáticas, postula que

Um bom livro escolar não o faz quemquer. E’ preciso muito tacto, muito estudo, muita lucidez de espírito, muita observação dos factos escolares e dos gestos e propensões naturaes das crianças, e ainda mais, muito conhecimento do que de melhor tem produzido nesta especialidade a litteratura dos paizes mais adiantados em assumptos de instrucção popular, para que o trabalho possa sahir perfeito e satisfaça todos os requisitos exigidos para taes obras pela pedagogia moderna. (ALVES, [18-?], p. 176).

Alves cita José Veríssimo para reafirmar as características de um bom livro:

Segundo o Sr. Commendador José Veríssimo, que adopta neste ponto as opiniões dos melhores mestres “de trez ordens são as qualidades que devem distinguir um livro para os ensino primário: pedagógicas, hygienicas e economicas. Deve ser bem feito, deve ter um aspecto agradável, e deve ser barato”.

E, desenvolvendo essas ideas, acrescenta:

- 1º. Que seja composto com clareza, correccão, precisão e methodo.
- 2º. Que seja feito de accordo com as lições mais acceitas da pedagogia moderna e segundo os melhores modelos em pratica nos povos mais adiantados que nós.
- 3º. Que estejam de conformidade com os nossos programmas de ensino, ou que a elles

se possam adaptar sem dificuldade.

4°. Que sejam impressos em bom papel, com typo graúdo, segundo as preocupações da hygiene escolar.

5°. Sempre que for possível, sejam copiosamente illustrados, com boas gravuras, finas, nítidas e de accordo com o texto.

6. Que o seu preço seja o mais módico possível, podendo o poder competente fazer depender a apreciação do preço maximo que fixará.

7°. Que sejam sempre postos á venda cartonados e brochados. (ALVES, [18-?], p. 176-177).

Nesse sentido, as gramáticas produzidas no Pará eram adotadas nas escolas somente depois de passarem pela aprovação do Conselho de Instrução Pública do Estado e mesmo diante de tantos requisitos para se produzir um bom livro, Theodoro Braga (1915) expõe que todos ou quase todos os compêndios produzidos aqui tinham obtido a aprovação do conselho superior da instrução do estado e isso permitia a adoção destes no ensino público. Inclusive, a maioria dos autores desses compêndios eram professores da instrução pública que, a partir da regulamentação da escolarização no Brasil, foram incentivados a produzir livros escolares. Diversos intelectuais como Julio Cezar, Vilhena Alves, Paulino de Brito, Philippe Pinto Marques, Laudelino Baptista e outros, estavam inseridos no mercado editorial de obras didáticas do Pará, que teve seu ápice no final do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX. Isso deu ao estado uma posição de destaque, pois de acordo com Braga (1915), o Pará foi um dos estados que mais produziu livros escolares para a infância no intuito de aperfeiçoar e facilitar o ensino para que o tornasse ainda mais proveitoso. Cardoso (2013) salienta que esses compêndios são fruto de condições de produção específicas, que vão determinar estratégias de criação, estrutura, tamanho dos parágrafos e capítulos. Entre as gramáticas produzidas no Pará, podemos destacar as seguintes:

**Imagem 3:** *Grammatica Portugueza* de Julio Cezar Ribeiro de Souza, 1872.



Fonte: DUARTE, 2018, p. 8.

A *Grammatica Portugueza* foi publicada em 1872, pelo autor Julio Cezar Ribeiro de Souza. O intelectual paraense nasceu em 13 de junho de 1843, na vila do Acará, e era filho de José Ribeiro de Souza e Dona Anna da Silva Ribeiro de Souza. Acabou se destacando por sua notável inteligência, visto que, de acordo com Eustáquio de Azevedo, ele falava vários idiomas como, castelhano, francês, inglês, italiano, latim e grego, o que acabou favorecendo-o na esfera gramatical (MOREIRA, 1979, p. 31). Ao que tudo indica, este foi o primeiro autor a publicar uma gramática da língua portuguesa, destinada ao ensino do vernáculo, na província do Pará. Esse compêndio foi reconhecido e aprovado pelo conselho diretor de instrução pública por ser considerado o melhor compêndio que existia naquele período. Eidorfe Moreira (1979) aponta para o fato de esse compêndio ser considerado o melhor dos que existiam, comparado com compêndios de autores de outras regiões do país que circularam no mesmo período no Pará.

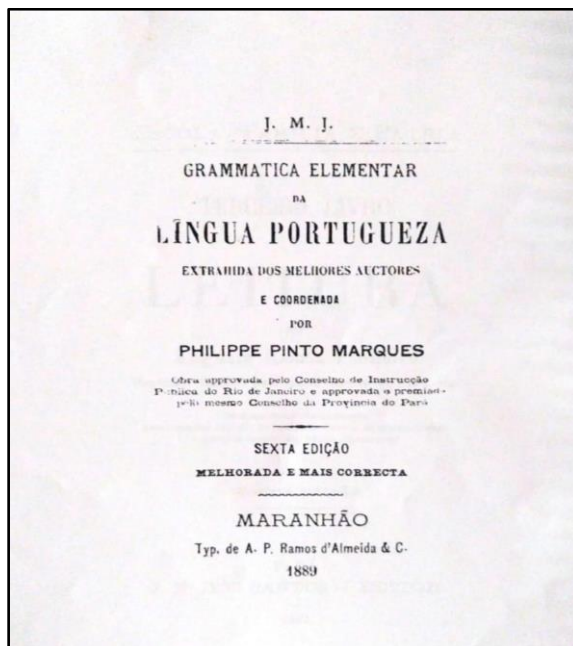
Em relação à capa da *Grammatica*, pode-se notar que a apresentação gráfica é bem simples. Foi impressa pela Tipografia Comercial de Francisco da Costa Junior, situada na Rua Formosa n.12. Além disso, traz a informação de que a obra é dirigida para as escolas primárias e foi adotada e premiada pelo Conselho de Instrução Pública da província. Consta também a informação de que a obra é oferecida aos professores. Sabe-se também que Julio Cezar publicou

um livro de versos e ficou conhecido por suas poesias antes mesmo de escrever sua gramática, além de sua paixão pela aerostação, à qual se dedicou tanto aqui quanto em Paris.

A *Grammatica Elementar da Lingua Portugueza*, de Philippe Pinto Marques, é a segunda obra paraense destinada ao ensino de língua vernácula nas escolas da província do Pará, seguindo a ordem de produção de gramáticas no estado, conforme aponta Moreira (1979). O autor, conterrâneo de Julio Cezar, também nasceu em Acará, em 1 de maio de 1844, filho do agricultor Manoel Joaquim Pinto Marques e da dona Angela Gonçalves Pinto Marques. Desde criança já manifestava que era possuidor de um gênio muito bondoso. Em 1857, foi seminarista da capital e, por se destacar, foi incentivado, em 1863, por Dom Antonio de Macedo Costa, a ir para a França estudar. Lá ficou por cerca de quatro anos, tendo que retornar à capital por ter sido acometido por uma enfermidade. E como não conseguiu retornar à França para continuar seus estudos, passou a se dedicar ao ensino da mocidade, por quem se tornou bastante estimado.

Tornou-se professor de português do conceituado seminário filial e professor de português e francês do colégio Nossa Senhora do Carmo. Nesse ofício, acabou escrevendo a *Grammatica Elementar* (CUNHA, 1896). Essa obra, conforme aponta Moreira (1979), teve suas quatro primeiras edições provavelmente impressas no estado do Pará, pois, de acordo com informações de Sacramento Blake (1893), foi encontrada a quarta edição, de 1882, que tem indicação de que foi produzida e impressa no estado. Entretanto, nada se encontrou das edições anteriores. Ademais, não se sabe o motivo, mas Pinto Marques imprimiu sua sexta edição, que foi melhorada e mais correta no Maranhão, em 1889. Talvez isso se deu pela facilidade de impressão naquele estado.

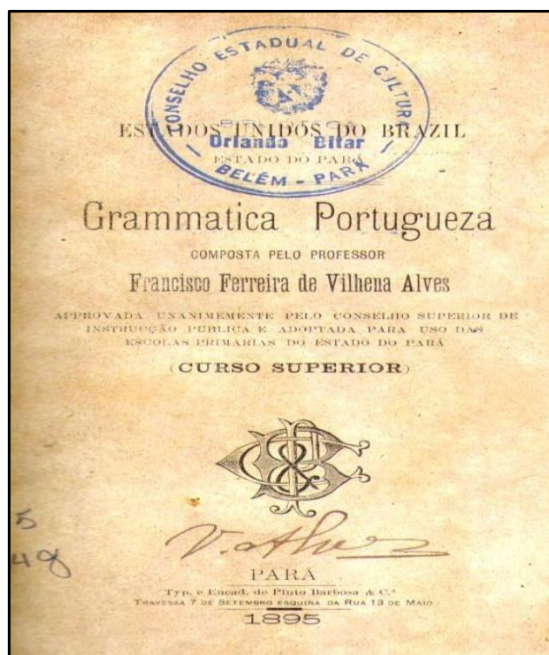
**Imagem 4:** *Grammatica Elementar da Lingua Portugueza* de Philippe Pinto Marques, 1889.



Fonte: MOREIRA, 1979, p. 83.

A folha de rosto da obra traz informações de que a gramática foi impressa pela Tipografia de A. P. Ramos de Almeida & Cia. Além disso, consta a informação de que a obra foi aprovada pelo Conselho de instrução pública do Rio de Janeiro e aprovada e premiada pelo mesmo conselho de instrução pública da província do Pará. Um dado importante é que essa gramática de Pinto Marques foi também usada na escola pública do ensino primário amazonense. Além disso, foi indicada por professores amazonenses, no que se refere aos livros escolares que eles preferiam adotar em suas escolas (CORRÊA, 2006, p. 115). Esta gramática teve muita aceitação no período, pois trouxe inovações como diversos quadros sinóticos que acompanhavam gráficos ilustrativos. Isso conferiu ao autor a posição de pioneiro desse recurso no estado.

**Imagem 5:** *Grammatica Portugueza* de Francisco Ferreira de Vilhena Alves, 1895.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2021.

A *Grammatica Portugueza* de Francisco Ferreira de Vilhena Alves foi publicada em 1895. Nascido em 1847, o autor é natural de Vigia e possui uma vasta produção de livros escolares, os quais foram extremamente importantes para a instrução no Pará. O educador produziu obras escolares ligadas ao campo da leitura e da gramática.<sup>15</sup> A gramática foi destinada para ensino primário superior e foi aprovada por unanimidade pelo Conselho superior de instrução pública. Traz na folha de rosto a informação de que foi adotada para uso das escolas primárias do estado. A obra foi editada pela Pinto Barbosa & Cia, uma conceituada editora do período. Em um parecer expedido pelo Conselho de instrução pública que foi apresentado na Revista de Educação e Ensino no ano 1894, pode-se verificar que Severiano Bezerra e Ernestina Pinheiro tecem vários elogios a essa e a outra gramática do autor paraense:

SOBRE AS GRAMMATICAS PORTUGUEZAS (curso médio e superior)  
COMPOSTAS PELO PROFESSOR FRANCISCO FERREIRA DE VILHENA ALVES.

Em cumprimento do que nos foi determinado pelo Sr. Director da Instrucção Publica, vimos apresentar ao Conselho Superior o nosso parecer sobre as grammáticas Portuguezas, organizadas pelo professor Vilhena Alves.

O nome do auctor recomenda tanto a sua obra que baseando-nos em tão sólida garantia, nenhuma duvida teríamos de aprovar as ditas grammáticas, sem o menor exame, se a curiosidade, o dever e a consciencia não actuassem em o nosso espirito, afim de instruir-nos com o perfeito conhecimento do methodo seguido pelo auctor na

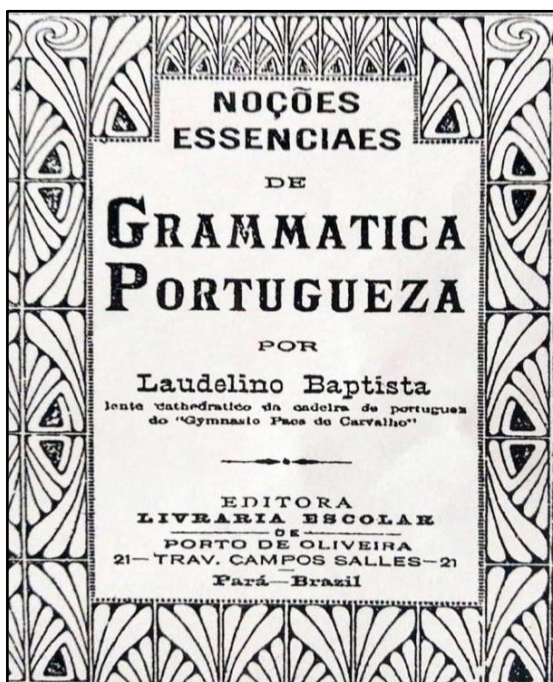
<sup>15</sup> Falaremos deste autor com mais profundidade no próximo capítulo.

exposição de multiplos assumptos e de todos os detalhes d'essa disciplina escolar” (REVISTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO, 1894, p. 69).

A gramática foi aprovada pelo Conselho e mandada adotar nas escolas. De acordo com uma nota da Revista de Educação e Ensino (1894, p. 76), a *Grammatica Portugueza* de Alves não é uma cópia banal de outras obras que circulavam no período “sem utilidade nem merecimento”.

A obra *Noções essenciaes de Grammatica Portugueza*, de Laudelino Baptista, foi publicada em 1912. Não se tem muitos dados sobre a vida deste autor. O que se sabe é que ele foi lente catedrático de português no Ginásio Paes de Carvalho, fato que pode ser constatado na capa de sua obra. A obra foi editada pela Livraria Escolar de Porto de Oliveira e “[...] nada fica a desejar aos trabalhos congêneres publicados até então” e “segundo declarações do próprio autor, ele se guiou na elaboração pela SHORT GRAMMAR OF ENGLISH TONGUE de Meiklejones” (MOREIRA, 1979, p. 36). Como a produção da obra se deu em um período em que estava havendo a reforma ortográfica, Moreira (1979) aponta que o autor dedicou a parte final de sua obra à reforma proposta pela Academia Brasileira de Letras. Ademais, Laudelino Baptista viveu em um período dominado por influências francesa e portuguesa, mas foi na contramão e deixou sua marca ao seguir a influência anglo-saxônica em sua obra, além de a gramática possuir qualidades próprias do ponto de vista didático, sendo pioneira nesse sentido (MOREIRA, 1979, p. 36).

**Imagem 6:** *Noções Essenciais de Grammatica Portugueza* de Laudelino Baptista, 1912.



Fonte: MOREIRA, 1979, p. 97.

Além dessas, muitas outras gramáticas<sup>16</sup> foram produzidas no estado e estão disponíveis no catálogo da Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), como: a *Grammatica Complementar da Língua Portuguesa* (1928, 7<sup>o</sup> ed.), a *Grammatica do Professor* (1908, 1<sup>a</sup> ed.), a *Gramática Primária da Língua Portuguesa* (1899, 1<sup>a</sup> ed.), *Collocação dos pronomes e Brasileirismos de Colocação de Pronomes*<sup>17</sup> (1908, 1<sup>a</sup> ed.) de autoria do professor Paulino de Almeida Brito; a *Primeira Grammatica da Infancia* (1897, 3<sup>a</sup> ed.), a *Segunda Gramática da Infancia* (1897, 2<sup>a</sup> ed.), o *Compendio de Analyse Moderna: lexicologica e syntatica* (1895, 1<sup>a</sup> ed.), *Exercicios de Portuguez* (1900, 1<sup>a</sup> ed.) todas de Francisco Ferreira de Vilhena Alves; *Esthesia philologica: variações pronominaes*<sup>18</sup> (1909, 1<sup>a</sup> ed.) de Augusto Meira. Eidorfe Moreira (1979) também aponta outras produções que não constam no catálogo do CENTUR, como: o *Compêndio de Gramática Portuguesa* (1889, 1<sup>a</sup> ed.) de Cônego Domiciano

<sup>16</sup> Há estudos realizados pelo Grupo de Estudo em História do Livro Didático da Amazônia (GEHLDA) que já resultaram na publicação de vários artigos nos quais são apresentados quadros atualizados das gramáticas produzidas no Pará na segunda metade do século XIX. BARROS, Rosane da S. *Livros escolares produzidos no Brasil e em Portugal no período de 1820 a 1920: gramáticas*. Disponível em: <https://www.nedhelufma.com.br/trabalhos-completos-eixo-2/livros-escolares-produzidos-no-brasil-e-em-portugal-no-periodo-de-1820-a-1920-gramaticas/>; MENEZES, Michaelly A. de. *Gramáticas Infantis produzidas no Estado do Pará no período de 1820 a 1920: catalogação, autores e características*. Disponível em: <https://gehlda.wixsite.com/ehlda/e-book>, p. 182-193; e outros.

<sup>17</sup> Estas obras não são gramáticas, mas discutem o fenômeno da colocação pronominal.

<sup>18</sup> Essa obra não é uma gramática, mas discute o fenômeno de variação pronominal.

H. P. Cardoso; o *Compendio da lingua brazilica* (1858, 1ª ed.) de Francisco Raymundo Corrêa de Faria; *Analyses de portuguez* (1909, 1ª ed.) de Ezequiel Lisboa. Blake (1902) também aponta uma outra obra que não está descrita no catálogo do CENTUR que é a obra *Elementos de grammatica* (1896, 1ª ed.) de Sabino da Luz. Isso sem contar com as obras que ainda não foram catalogadas ou nem chegaram a ser publicadas, seja por falta de investimento ou por outros motivos que não temos conhecimento.

Diante dos fatos mencionados, é motivo de orgulho, como bem observa a pesquisadora Raimunda Duarte (2018, p. 123) que

A bibliografia didática paraense da segunda metade do século XIX, voltada para o ensino primário, deixou o Estado do Pará numa posição honrosa em relação a outros Estados da Federação. No que diz respeito às obras voltadas para o de língua portuguesa nas séries iniciais, tanto no que diz respeito ao ensino de leitura e da escrita quanto ao ensino de gramática, não dependíamos de livro didático de fora do Estado ou do País, pois tínhamos suprimo próprio.

Fávero (1996) defende que as características principais dessas gramáticas são fruto não somente de processos de reflexão teórica e de vivência, como também de adequação ou resposta a acontecimentos políticos, sociais, culturais e econômicos enfrentados na época de sua concepção. A importância e o valor dessas obras são atestados por suas repetidas edições. Além disso, agora tínhamos nossos próprios compêndios.

#### 4. ANÁLISE FÍSICA E PEDAGÓGICA DE GRAMÁTICAS PARAENSES

As gramáticas e os dicionários integram uma seleção de fatos da língua que constituem uma memória normativa, estabilizadora. Esses manuais, tornaram-se técnicas de ensino-aprendizagem. Para Auroux (1992), a gramática fornece procedimentos gerais para construir e decompor enunciados, enquanto que o dicionário vem fornecer os itens responsáveis por arranjar e interpretar esses procedimentos.

Segundo Auroux (1992, p. 101),

A gramática repousa sempre sobre uma análise da cadeia falada. Esta análise realiza duas práticas suscetíveis de se chegar à palavra, que são logicamente distintas, ainda que sua diferença não pareça ter sido tomada como tema de uma reflexão específica. De um lado, temos uma decomposição linear: por exemplo, a cadeia em frases, a frase em sujeito e predicado, o sujeito em palavras etc. A conexão das partes de mesmo nível obtidas pela decomposição dá uma expressão linguística. Do outro, encontramos uma repartição das partes em função de propriedades imbricadas: por exemplo, as proposições são repartidas em proposições principais e acidentais, as palavras em nomes, verbos etc. Temos então classificações [...] das unidades de diferentes níveis.

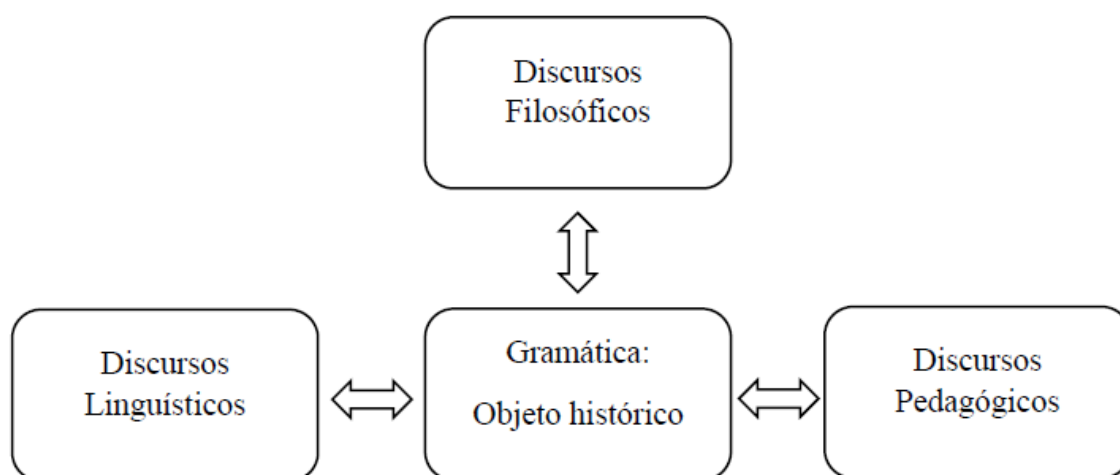
Do ponto de vista da estrutura, uma gramática do final do século XIX e início do século XX, período analisado neste estudo, é composta por pelo menos: 1. uma categorização das unidades; 2. exemplos; 3. regras mais ou menos explícitas para construir enunciados. Os assuntos tratados nas gramáticas quase sempre seguem um padrão, contendo: ortografia/fonética (sendo esta uma parte opcional), partes do discurso, morfologia, sintaxe e figuras de construção (AUROUX, 1992). Em relação às gramáticas paraenses do século XIX, os assuntos tratados são: Fonologia, Morfologia, Taxeonomia/Taxinomia e sintaxe. Rocha Lima (2011, p. 39), na contemporaneidade, divide a gramática em três partes: fonética e fonologia (estudo dos fonemas e sua combinação, e dos caracteres prosódicos da fala, como o acento e a entoação); morfologia (estudo das formas, sua estrutura e classificação); e sintaxe (estudo da construção da frase).

Ao observar uma gramática, é necessário verificar não só os conceitos contidos nela, mas também as noções compartilhadas por um determinado grupo “que deram formas e sentidos a gestos individuais de produção”. Esses sentidos são construídos de diversas formas, dependendo da época, do lugar social e dos sujeitos históricos que constroem a gramática, conforme aponta Gally (2013, p. 109). Deve-se levar em consideração que na primeira metade do século XIX eram os métodos logicistas que predominavam, e as gramáticas seguiam a linha da gramática filosófica. Já no final do mesmo século, os compêndios estavam sob a influência

da gramática histórico-comparativa, cujos autores buscavam romper com os modelos filosóficos, mas não tiveram muito sucesso, pois as influências da gramática geral e filosófica ainda eram bastante evidentes (FÁVERO, 2000).

Os discursos predominantes que giravam em torno da gramática nesse período podem ser exemplificados da seguinte forma:

**Gráfico 1:** Discursos que permearam a construção das gramáticas no séc. XIX e início do séc. XX.



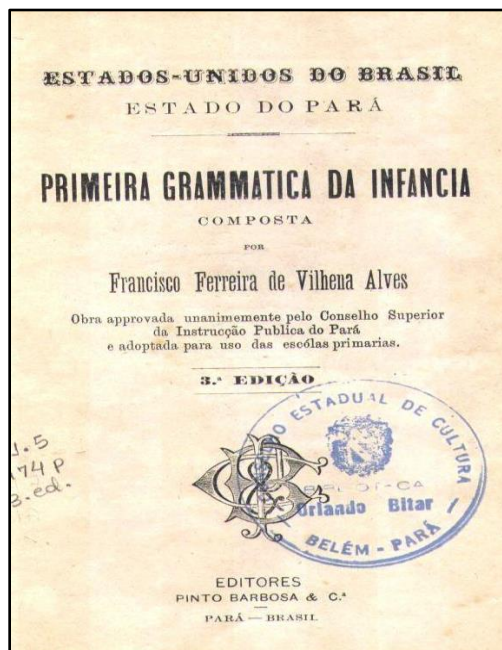
Fonte: Elaborado pela autora com base nos estudos de Fávero (2000).

Neste capítulo, analisaremos duas gramáticas produzidas no Pará nos anos finais do século XIX: a *Primeira Grammatica da Infancia*, de Francisco Ferreira de Vilhena Alves e a *Gramática Primária da Língua Portuguesa*, de Paulino de Almeida Brito. Os dois compêndios foram escolhidos por serem um instrumento efetivo de aprendizagem no estado no final do século XIX e início do XX, tendo em vista que estavam presentes no currículo do ensino primário no Pará; além disso, houve uma grande circulação dessas obras no Estado, atravessando a República. Salienta-se que as duas obras, como já citado no capítulo 1 deste trabalho, foram publicadas num ano que se insere no quarto período de periodização dos estudos gramaticais de Azevedo Filho, denominado período vernaculista e de evolucionismo linguístico que começa em 1881, com a publicação da gramática de Júlio Ribeiro. Contudo, a análise das obras mostrará que modelo(s) elas seguem.

#### 4.1 Primeira Gramática da Infância de Vilhena Alves

A obra é destinada ao curso primário inferior e foi editada pela Pinto Barbosa & Cia, uma editora conceituada no período. Sua primeira edição foi publicada em 1896 (MOREIRA, 1979, p. 33). Neste trabalho, analisamos a 3ª. edição, publicada em 1897<sup>19</sup>.

**Imagem 7:** Capa da Primeira Grammatica da Infancia



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR, 2021).

##### 4.1.1 O autor Vilhena Alves

O autor da *Primeira Grammatica da Infancia* nasceu na cidade de Vigia, província do Pará, em 1847. Foi um grande educador e poeta paraense, inicialmente, da corrente indianista e, depois, da corrente sertanista. De acordo com Moreira (1979), dos autores paraenses, este foi o que mais produziu obras no período, Alves possui uma vasta produção de livros escolares, os quais foram extremamente importantes para a educação no Pará. O educador produziu diversas obras escolares ligadas ao campo da leitura e da gramática, dentre as quais: *Compendio de analyse moderna: lexicologia e syntactica* (1895), *Grammatica portugueza: curso superior* (1895), *Primeira grammatica da infancia* (1897) e *Segunda Grammatica da Infancia: curso*

<sup>19</sup> A obra não traz a data da edição, mas, de acordo com o catálogo de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), a terceira edição foi publicada em 1897.

médio (1897). O autor também compôs 2 livros de exercícios: *Compendio de analyse moderna* (1895) e *Exercícios de Português* (1900) e vários livros de leitura, incluindo suas produções como poeta. Entre essas obras, cita-se *Selecta Litteraria* (1900) (DUARTE, 2018, p. 132).

Uma comissão da instrução pública ficou responsável por avaliar e emitir um parecer relacionado à adoção de algumas obras do autor Vilhena Alves e teceram diversos elogios ao intelectual. Em um parecer expedido, em maio de 1894, por Severiano Bezerra e Ernestina Pinheiro, os relatores afirmam que,

Escrever uma grammatica unicamente para mostrar erudição, basta ter conhecimento da língua; escrever uma grammatica para uso das escolas, e sobretudo escolas primarias, não basta só erudição; é preciso mais do que isto: - é preciso conhecer a arte de ensinar. E estes elevados predicados tem-nos o provector professor Vilhena Alves, que desde a juventude se dedica ao magisterio, pimeiramente como adjuncto depois explicador particular do curso preparatorio, e actualmente como professor publico, revelando sempre robustez do talento de que é dotado, merecendo por seus estudos, ser entre nós reconhecido como auctoridade em materia de grammatica (REVISTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO, 1894, p. 70-71).

Pode-se notar, o grande prestígio que Vilhena Alves possuía. Ele escrevia não somente sobre a Língua Portuguesa, mas também sobre outros assuntos como astronomia. Vilhena Alves teve diversas gramáticas adotadas nas escolas públicas. O autor trabalhava como editor da revista Educação e Ensino, citada acima, o que se pode especular que isso facilitou a adoção de suas gramáticas no ensino público. Entretanto, seu trabalho já vinha sendo conhecido através de diversos artigos publicados no período, sem contar que ele dedicava seus estudos principalmente à área da gramática portuguesa, na qual tinha feito sua especialidade.

Vilhena Alves foi um dos mais importantes gramáticos do Pará no século XIX. Além de autor de livros escolares, Vilhena Alves foi membro da Associação de Letras Mina Literária, fundada em 1895. Foi também um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, em 1900, e membro da Academia Paraense de Letras. Contribuiu com diversos artigos no jornal *A Província do Pará* e em outros jornais existentes em Belém, assim como na revista *Ciências e Letras*. O intelectual faleceu no dia 09 de julho de 1912, em Belém do Pará.

#### 4.1.2 Características da *Primeira Grammatica da Infancia*<sup>20</sup>

A respeito da capa da obra, podemos verificar as seguintes informações: na parte superior da capa pode-se notar o nome Estados Unidos do Brasil, que foi o primeiro nome oficial do Brasil no regime republicano. Logo abaixo vem o nome do Estado do Pará. O título da obra está em letras garrafais. Foi composta por Francisco Ferreira de Vilhena Alves. É importante destacar a informação de que a obra foi unanimemente aprovada pelo Conselho Superior de Instrução Pública do Pará e adotada oficialmente nas escolas primárias. Salienta-se que essas obras só podiam ser adotadas para o ensino se aprovadas por esse Conselho. Consta que esta é a 3ª edição da obra. Traz a insígnia dos editores Pinto Barbosa & Cia e o brasão da Biblioteca Orlando Bitar. É uma gramática pequena, com apenas 72 páginas.

Vilhena Alves não traz em sua obra prefácio ou introdução, como era de costume, conforme apontam Fávero e Molina (2010); mas traz prolegomenos<sup>21</sup> para introduzir sua obra contendo noções preliminares sobre “1. Língua, 2. Linguagem, 3. Palavra ou Vocábulo, 4. Grammatica Portuguesa, 5. Proposição, oração ou phrase e 6. Período”. O autor define a Gramática Portuguesa como “o conjunto de regras para bem falar, escrever e ler a língua portuguesa” (ALVES, 1897, p. 5). Essa definição, de acordo com Fávero (2000), se encontra na maior parte das gramáticas do século XIX e de séculos anteriores, cujos autores seguiam a orientação da gramática geral e filosófica. Alves (1897, p. 5) postula ainda que, proposição, oração ou frase “é a reunião de palavras com que enunciamos um juízo”.

Ao fazer a divisão da gramática em duas partes: Lexicologia e Sintaxe, Vilhena Alves (1897, p. 5-6) diz que a Lexicologia “estuda as palavras isoladamente e sem relação umas com as outras”, enquanto que a Sintaxe “estuda as palavras reunidas e relacionadas, formando proposições”. Para Fávero e Molina (2006, p. 131), essa divisão é uma variante da divisão em fonologia, morfologia e sintaxe, proposta em 1876 por Epifânio da Silva Dias.

O autor descreve a divisão da obra na página 6:

**Quadro 1: Divisão da primeira gramática da infância de Vilhena Alves.**

A Lexicologia compreende:	1. Os sons da língua, assim como a sua pronúncia e representação pela escrita: <i>Phonologia</i> .
	2. A classificação das palavras conforme a ideia que representam: <i>taxeonomia</i> .

<sup>20</sup> Em algumas situações foi realizada a atualização ortográfica para facilitar a leitura.

<sup>21</sup> É um amplo texto introdutório que traz noções preliminares necessárias para a compreensão de um livro.

	3. As formas das palavras como elementos dos pensamentos: <i>morphologia</i> .
A Sintaxe compreende:	1. Os elementos e classificação das proposições: <i>phraseologia</i> .
	2. A função das palavras na oração: <i>Syntaxe de funcções</i> .
	3. A harmonia que deve haver entre as palavras: <i>Syntaxe de concordancia</i> .
	4. A dependência das palavras entre si na oração: <i>Syntaxe de regencia</i> .
	5. A colocação ou ordem das palavras na oração e das orações no período: <i>Construcção</i> .
	6. A maneira de ler correntemente: <i>Pontuação</i> .

Fonte: Produzido pela autora, 2021.

A parte I da obra vai da página 7 a 49 e é intitulada de Lexicologia. No primeiro capítulo, o autor trata do Estudo dos sons, sua pronúncia e representação e a estes dá o nome de fonologia. Já no segundo capítulo, o gramático aborda a classificação das palavras e afirma que classificar as palavras é distribuí-las em diversos grupos conforme a ideia que representam (ALVES, 1897). A este estudo dá o nome de Taxeonomia. No terceiro capítulo, O estudo das formas, Vilhena Alves trata do estudo dos órgãos do vocábulo, os quais chama de Morfologia.

A parte II da obra, que vai da página 50 a 72, é denominada de Sintaxe. O educador paraense afirma que esta é a parte da gramática que trata dos elementos e classificação das proposições e a chama de Fraseologia.

A divisão binária dos estudos gramaticais na obra de Vilhena Alves trazia uma inovação importante em relação aos demais que dividiam a gramática em quatro partes, conforme apontam Fávero e Molina (2006), apesar de representar uma herança do modelo gramatical renascentista.

#### 4.1.3 Das partes da gramática

Vilhena Alves apresenta a bipartição da obra em Lexicologia e Sintaxe. A lexicologia estuda as palavras isoladamente e a sintaxe estuda as palavras reunidas e relacionadas. De acordo com Fávero e Molina (2009, p. 141), a divisão binária da obra constitui uma herança do

modelo gramatical renascentista. “[...] Scaliger<sup>22</sup> construíra sua gramática normativa com duas partes: estudo dos elementos componentes (morfologia) e da sua organização (sintaxe)”. Entretanto, as autoras afirmam que podemos encontrar também essa divisão binária em “Júlio Ribeiro (1881) que, por sua vez, partira de Burgraff<sup>23</sup>, Ayer<sup>24</sup> e outros” (FÁVERO E MOLINA, 2006, p. 187).

## PARTE I - LEXICOLOGIA

A lexicologia se divide em três partes: phonologia, taxonomia e morfologia.

### a) Phonologia

Fávero e Molina (2007, p. 40) apontam que muitos autores portugueses, como Adolfo Coelho, não enxergavam a diferença entre fonética e fonologia, mas os brasileiros tomavam a fonética como uma das partes da fonologia. Conforme as autoras, durante muito tempo essas terminologias foram utilizadas ora similiar ora distintamente e “somente com os estudos do Círculo de Praga a oposição entre ambas ficou de certa forma estabelecida”.

Vilhena Alves (1897) define fonologia como o estudo dos sons, de sua pronúncia e representação. Para o gramático, som diz respeito a toda voz ou ruído que é emitido pelos órgãos vocais. Além disso, divide os sons em vozes e consonâncias.

#### Quadro 2: Divisão dos sons feita por Vilhena Alves

Vozes	São os sons que saem livremente pela boca e podem ser puras e nasais: são puras quando todo o ar sai pela boca, exemplo: a, e, i, o, u” e “são nasais quando parte do som sai pelo nariz, como: an, en, in, on, un”.
Consonâncias	São os sons que em sua passagem são embaraçados pelos dentes, pela língua, etc.

Fonte: Produzido pela autora, 2021.

Esta distinção entre vogais orais e nasais se assemelha com a definição exposta anos depois por Cândido de Figueiredo (1925, p.13) conforme citado por Fávero e Molina (2019, p.

<sup>22</sup> J.C. Scaliger foi um dos maiores estudiosos do Renascimento e chegou a ser descrito como o fundador da crítica histórica (MELO, 2010).

<sup>23</sup> Burgraff foi um gramático francês que fez parte da corrente racionalista (MELO, 2020).

<sup>24</sup> A. J. Ayer foi uma importante figura da filosofia científica. O educador e filósofo foi proponente do positivismo lógico. (SERAINÉ, 1993)

87), na qual ele expõe que “As vogais, quando pronunciadas simplesmente pela boca chamam-se vogais puras; e quando pronunciadas pela boca e pelas fossas nasais, chamam-se vogais nasais”. De acordo com as autoras, naquele período, muitos dos conceitos expostos eram elaborados com base na intuição do estudioso.

Em relação à representação dos sons, o autor afirma que, letras, são sinais com que se representam os sons das palavras. Além disso, expõe que o alfabeto é composto por 25 letras que são utilizadas na escrita, a saber: a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, v, x, y, z. Essas letras, o autor divide em vogais e consoantes: letras vogais são as que representam as vozes a, e, i, y, o, u; e letras consoantes são as que representam as consonâncias, ou seja, são os 19 restantes (ALVES, 1897, p. 10).

Na parte de acentuação, denominada por Vilhena Alves (1897) de notações léxicas, o autor expõe que esses são os sinais que indicam o valor sonante das letras. As notações léxicas são as seguintes:

**Quadro 3: Notações léxicas exposta por Vilhena Alves**

I) O acento agudo ( ´ )	Indica o som forte e aberto das vozes, como em biribá, avó, urubú.
II) O acento circunflexo ( ^ )	Indica o som médio e fechado do e e do o, como em mercê, avô.
III) O til ( ~ )	Serve para indicar em alguns casos o som nasal do a e do o, como em coração, corações.
IV) A cedilha ( , )	Escreve-se por baixo do c para dar-lhe o som de s antes de a, o, u, como em aço, açude, faço.

Fonte: Produzido pela autora, 2021.

No compêndio, Vilhena Alves faz uma breve abordagem sobre fonologia em seis páginas (de 7 a 12). Salienta-se que, ainda que não esteja denominada na sequência nesta parte da gramática, o estudo da fonologia engloba: a fonética, que estuda os sons produzidos pela fala humana; a ortoépia, que ensina a pronúncia correta dos sons; a prosódia, que ensina a forma correta de acentuar os vocábulos e a ortografia, destinada ao ensino da escrita dos sons que, nesse caso é representada pelas letras.

## b) Taxeonomia

Alves (1897) denomina o estudo da classificação das palavras de taxeonomia. Muitos gramáticos do final do século XIX e início do século XX incluem a taxeonomia na parte da morfologia, como vemos em Alfredo Gomes e Júlio Ribeiro, por exemplo (FÁVERO E MOLINA, 2006). Ricardo Cavaliere (2015) afirma que era comum a parte de lexicologia (lexicologia) ser dividida em dois ramos: fonologia e morfologia; mas podemos constatar que Vilhena Alves (1897) inclui também a taxeonomia nesta parte da obra. O termo taxeonomia também aparece em gramáticas publicadas após Júlio Ribeiro, como em Alfredo Gomes, João Ribeiro, Maximino Maciel e outros, as quais seguem a corrente científica.

No capítulo II, Classificação das palavras, Alves (1897, p. 13) diz que “classificar as palavras é distribuí-las em diversos grupos conforme a idéia que representam”. A este estudo dá o nome de Taxeonomia. Para Alves (1897), as palavras podem ser divididas em oito classes, que seriam as partes da oração, como: substantivo, adjetivo, pronome, verbo, preposição, advérbio, conjunção e interjeição. Em relação a esta última classe de palavras, Vilhena Alves comenta que toda interjeição equivale a uma oração. Ao adotar a classificação de palavras em 8 classes, o autor revela apego à herança gramatical greco-latina, pois “aquilo que podemos apelidar de esquema canônico das partes da oração, ou seja, a divisão em oito partes [...] se faz remontar a Dionísio Trácio” (MARÇALO, 2009, p. 59). Alves (1897) comenta ainda que as quatro primeiras (substantivo, adjetivo, pronome e verbo) são variáveis porque mudam de terminação e as outras quatro (preposição, advérbio, conjunção e interjeição) são invariáveis porque não mudam. E descreve-os da seguinte forma:

**Quadro 4: Divisão da classe de palavras de acordo com Vilhena Alves**

1. Substantivo	é a palavra com que se designa qualquer pessoa ou coisa, ou noção abstrata. Pode ser dividido em próprio e apelativo (p. 14).
2. Adjetivo	é uma palavra que se junta ao substantivo para modificá-la. Divide-se em designativo e qualificativo (p. 15).
3. Pronome	é a palavra que substitui o nome, ou o lembra sob alguma ideia de designação. Os pronomes dividem-se em pessoais, demonstrativos, possessivos, numerais, indefinitos e relativos (p. 18).
4. Verbo	é a palavra que liga um atributo ao sujeito da proposição, ou enuncia um estado ou ato do mesmo sujeito (p. 20).
5. Preposição	é a palavra que, posta entre dois vocábulos, mostra que o segundo, completa ou modifica a significação do primeiro (p.21).
6. Advérbio	é a palavra que modifica um verbo, um adjetivo ou outro advérbio, exprimindo uma circunstância (p. 22).

7. Conjunção	é a palavra que liga proposições, ou partes de uma proposição, estabelecendo relação de coordenação ou subordinação. As conjunções dividem-se em coordenativas e subordinativas (p.24).
8. Interjeição	é a palavra que exprime um sentimento forte e súbito da alma (p.26).

Fonte: Produzido pela autora, 2021.

Para a parte da gramática dedicada à Taxionomia, o autor separou quatorze páginas que vão da página 13 a 26. Como dito acima, o autor divide as classes de palavras em 8 e por considerar que faz parte da gramática, inclui a interjeição entre elas, embora o faça somente em uma página. Um autor que é contrário a essa classificação é Maximino Maciel (1914) conforme citado por Fávero e Molina (2006), pois ele afirma que a interjeição não pertence à gramática, e segundo ele, é mais um grito do que uma palavra. Dessa forma, diferente de alguns gramáticos do mesmo período, o autor considera a interjeição uma classe gramatical distinta.

Em relação ao Verbo, que conforme Alves (1897, p. 20) é a “palavra que liga um atributo ao sujeito da proposição, ou enuncia um estado ou ato do mesmo sujeito”, o autor ainda segue o modelo greco-latino, pois ao tratar das gramáticas, “em relação ao verbo, as de inspiração no modelo greco-latino, consideram-no na Grammaire de Port-Royal, elemento que liga o sujeito ao seu atributo” (MOLINA E SILVA, 2018, p. 867). O autor não difere do pensamento da maioria dos intelectuais de seu tempo, e concebe os mesmos quatro verbos irregulares: ser, estar, ter, haver “coadunando-se com o pensamento da maioria dos estudiosos [...]” (FÁVERO E MOLINA, 2019, p. 53). Salienta-se que hoje em dia esses verbos são estudados como verbos auxiliares e irregulares.

### c) Morphologia

Ao definir morfologia, Vilhena Alves (1897) diz que este é o estudo dos órgãos do vocábulo. Conforme aponta Marçalo (2009, p. 63), possivelmente, o nascimento da morfologia como disciplina se situa em Portugal, mais especificamente na segunda metade do século XIX. A autora afirma que Teófilo Braga, em sua *Grammatica Portugueza Elementar* (1876), fundada sobre o método histórico-comparativo, na qual o autor rejeita as velhas categorias irracionais de “Etymologia, Syntaxe, Prosodia e Orthografia” e passa a adotar a divisão em “Fonologia, Morfologia e Sintaxe”, indicando que “segue Brachet, na sua aplicação ao francês dos novos processos, nomeadamente na distinção de um ramo novo – a morfologia”. Dessa forma, pode-

se notar que assim como Teófilo Braga, Vilhena Alves (1897) já utiliza o termo de forma autônoma em sua gramática, inserindo-se no método histórico-comparativo.

No capítulo III, o estudo das formas, ao qual o autor também chama de morfologia e diz que tem por finalidade estudar os órgãos do vocábulo. Faz-se necessário aludir que, conforme apontam Fávero e Molina (2006), expressões como órgão, organismo e organicamente são empréstimos da linha naturalista de estudos gramaticais e foram inseridos, principalmente por Júlio Ribeiro, nos compêndios brasileiros, revelando características da gramática científica. Em relação aos elementos mórficos, Vilhena Alves faz uma abordagem rápida e afirma que uma palavra é formada de diversas partes ou órgãos quanto à ideia que representa. Sendo assim, cada uma destas partes possui uma significação própria, que se chama “elemento morphico”. Além disso, diz que há duas espécies de elementos mórficos: o radical (elemento fundamental do vocábulo) e os afixos (elementos secundários que modificam o radical) (ALVES, 1897, p. 27-28).

Em relação às flexões, o autor diz que são alterações que se fazem no fim da palavra para exprimir os diversos acidentes da ideia representada por essa palavra. Ademais, as palavras que recebem flexão são: o substantivo, o adjetivo, o pronome, e o verbo. Sendo que as três primeiras variam para designar o gênero, o número e o grau:

**Quadro 5: Flexões de gênero, número e grau de acordo com Vilhena Alves.**

Gênero	é a propriedade que têm os substantivos de representar a distinção dos sexos (p.31).
Número	é a propriedade que têm os substantivos para designar um ou mais seres (p.33).
Gráu	é a propriedade que tem a palavra de indicar a maior ou menor intensidade na expressão de uma ideia (p.34).

Fonte: Produzido pela autora, 2021.

Em relação ao gênero, Alves (1897) postula que pode ser masculino ou feminino: o masculino designa o animal macho e o feminino designa o animal fêmea. Esta definição segue as ideias das correntes naturalistas, as quais atribuem às palavras características dos seres vivos (FÁVERO E MOLINA, 2019). O número, por sua vez, ao designar somente um ser, chama-se número singular e para designar mais de um chama-se número plural. De acordo com o autor, no que se refere ao grau, em geral, os substantivos e os adjetivos qualificativos podem ter grau.

O verbo, de acordo com Alves (1897) designa o modo, o tempo, o número e a pessoa. E ao conjunto dessas variações que o verbo sofre o autor chama de conjugação:

**Quadro 6: Flexões de modo, tempo, número e pessoa de acordo com Vilhena Alves.**

Modo	É a maneira porque o verbo exprime a sua significação. Os modos são cinco: infinitivo, indicativo, condicional, imperativo e subjuntivo (p.37).
Tempo	Tempo do verbo é a época a que ele refere a sua significação. Os tempos principais são três: presente, pretérito e futuro (p.37).
Número	Números do verbo são as flexões que indicam se o sujeito da oração é um só, ou mais de um. No 1º caso o número é singular; e no 2º, plural (p.38).
Pessoa	Pessoas são as flexões que indicam se o sujeito da oração é - quem fala - ou aquele a quem se fala - ou aquele de quem se fala (p.38).

Fonte: Produzido pela autora, 2021.

Em relação ao modo, Vilhena Alves (1897), assim como outros autores de seu tempo afirma que são cinco: infinitivo, indicativo, condicional, imperativo e subjuntivo. E os tempos principais segundo o autor são: presente, pretérito e futuro. Os números do verbo, podem ser: singular, que indica somente um sujeito verbal, ou plural, que vai indicar mais de um sujeito verbal. E os verbos que sofrem flexão em pessoa definem quem fala (1ª pessoa), com quem se fala (2ª pessoa) ou aquele de quem se fala (3ª pessoa). Além disso, o autor esclarece que há quatro conjugações: -ar, como em cantar; -er, como em ceder; -ir como em partir e em -ôr, como em pôr.

Esta parte da gramática tem vinte e três páginas que vão da página 27 a 49. O autor encerra este capítulo com observações importantes, nas palavras dele. E apresenta quadros exemplificando as conjugações regulares e a conjugação dos verbos irregulares.

## PARTE II - SINTAXE

### Phraseologia

A phraseologia ou sintaxe foi introduzida nos estudos gramaticais por Apolônio Díscolo, gramático do século II d.C., responsável pelo primeiro importante tratado sobre o tema, intitulado de *Sintaxe*. O autor “oferece-nos uma análise ‘técnica’ (tal como Dionísio de Trácia) que se debruça sobre a língua [...]” (MARÇALO, 2009, p. 55).

Alves (1897) define sintaxe como a parte que trata dos elementos e classificação das proposições. Para Vilhena Alves (1897), a parte da sintaxe que trata dos elementos e classificação das proposições se chama fraseologia. O autor afirma que a proposição pode ser simples ou composta, como se entende ainda hoje. A primeira é concebida como expressão de um só pensamento absoluto ou de um pensamento principal com outros subordinados e a segunda, a coordenação de duas ou mais proposições simples. Os elementos essenciais da proposição simples são o sujeito e o predicado e estes podem ser gramaticais ou totais. O autor, segue expondo uma análise da concordância do sujeito com os atributos e complementos.

Alves (1897, p. 55-57) retoma o estudo do verbo, novamente, agora com maior profundidade e faz uma abordagem direcionada para a divisão dos verbos e as vozes do verbo. No que se refere à divisão dos verbos afirma que sintaticamente podem ser divididos em copulativo e ativo. O verbo copulativo<sup>25</sup> é o que serve para ligar o atributo e o sujeito. O autor diz que, somente o verbo ser é essencialmente copulativo. Já o verbo ativo<sup>26</sup> é o que enuncia um fato, sendo que este pode ser dividido em transitivo e intransitivo. Em relação às vozes do verbo, Vilhena Alves afirma que “é a maneira de indicar se o sujeito da oração pratica ou recebe a ação” e diz que há quatro vozes: ativa, passiva, reflexa e recíproca.

**Quadro 7: Vozes do verbo conforme Vilhena Alves.**

Voz ativa	quando o sujeito da oração pratica a ação (p.56)
Voz passiva	quando o sujeito da oração sofre ou simplesmente recebe a ação (p.56)
Voz reflexa	quando o sujeito da oração pratica a ação sobre si próprio (p.56)
Voz recíproca	quando exprime ação mútua entre diversos sujeitos (p.56)

Fonte: Produzido pela autora, 2021.

Em relação aos elementos acidentais da proposição, o autor apresenta os completivos e adjuntos. Para Vilhena Alves (1897, p. 57-58), o completivo “é em geral toda a palavra ou oração que serve para inteirar a significação de outra palavra”. Além disso, ao completivo que integra a significação do verbo transitivo, o autor chama de objeto e divide-o em direto e indireto. Já o adjunto “é toda palavra ou oração que modifica a significação de outra palavra”. O autor diz que os adjuntos podem ser “atributivos ou adverbias”. Além disso, inclui o estudo

<sup>25</sup> Em nota o autor diz que outros chamam de verbo substantivo (ALVES, 1897, p. 55).

<sup>26</sup> Em nota o autor diz que outros chamam de verbo adjetivo ou atributivo (ALVES, 1897, p.55).

das funções, da concordância, da regência, e da construção nos elementos acidentais do estudo da sintaxe.

Vilhena Alves prossegue expondo diversos estudos como o estudo da leitura e lições suplementares. Essas lições abordam as figuras de palavras ou metaplasmos e as figuras de sintaxe. O que chama atenção é a parte de Estudo da Leitura que, segundo o autor, serve para “bem ler”. Lembremo-nos que o autor segue o modelo de gramática filosófica que tinha por finalidade reger as regras do pensar, no qual o objetivo era ensinar a falar, ler e escrever de forma “correta”, como já citado neste estudo. Talvez por dedicar-se também aos livros de leitura, o autor julga importante adicionar orientações em relação à leitura. Abaixo estão diversos preceitos que Vilhena Alves utiliza para instruir os alunos a uma boa leitura.

**Imagem 8:** Estudo da Leitura - parte I.

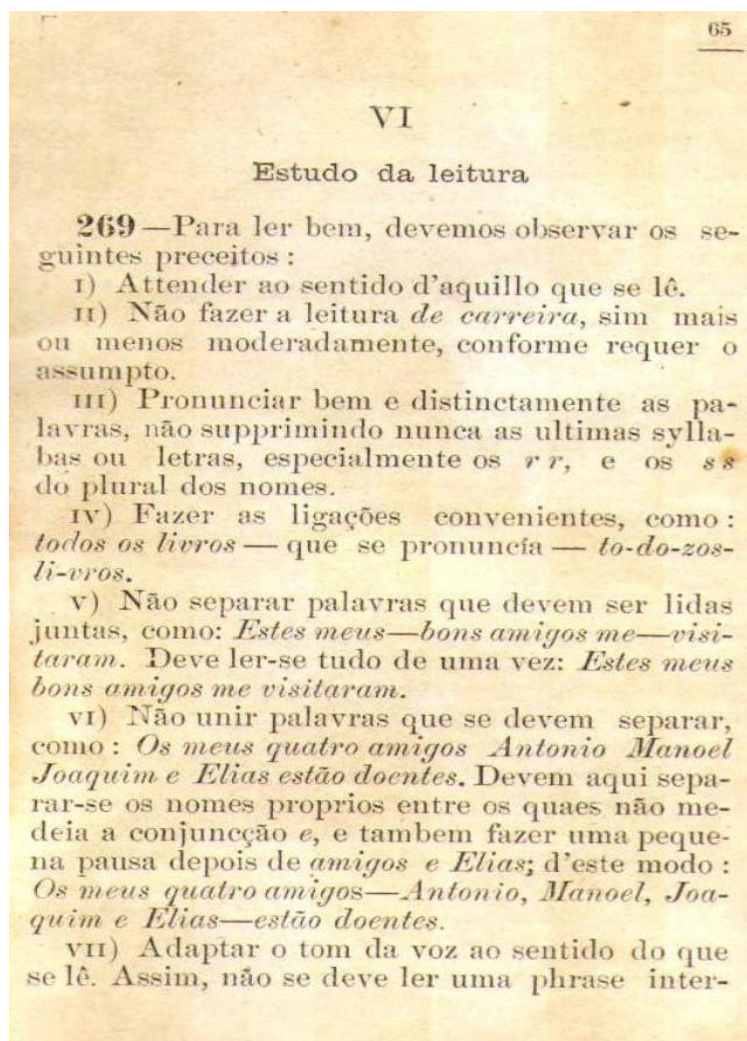
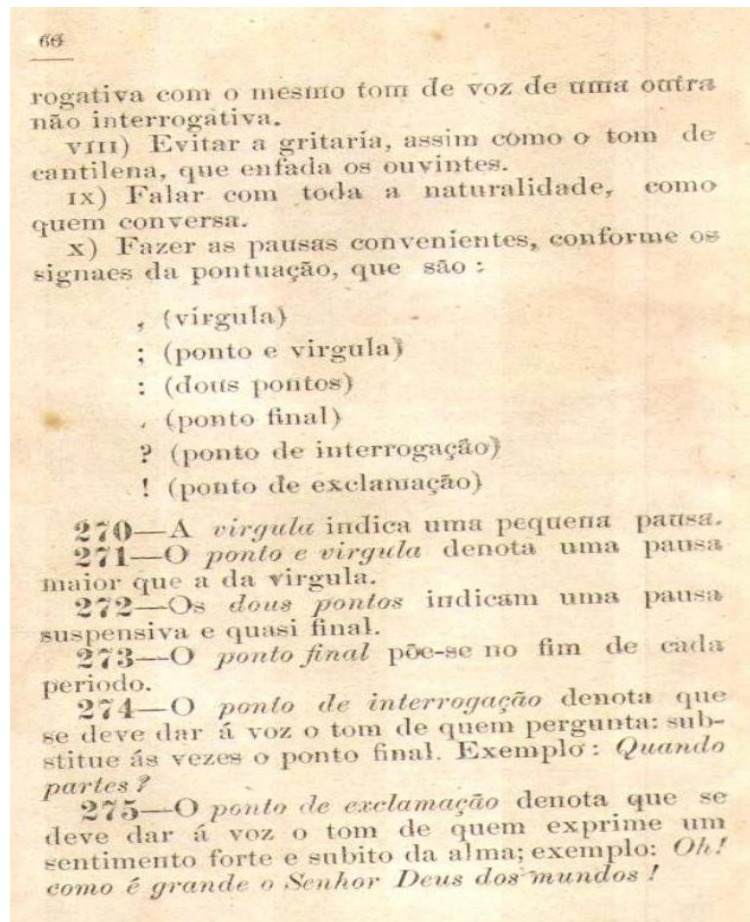


Imagem 9: Estudo da Leitura - parte II



Fonte: Primeira Grammatica da Infancia, 3ª. ed., 1897.

Nas orientações acima, Alves (1897) explica sobre a forma adequada da pronúncia, a importância da adaptação do tom de voz, evitando a gritaria e dando sentido ao que se lê, para que, dessa forma, os alunos efetuassem a leitura com naturalidade como quem conversa. Aqui, percebe-se o foco na leitura em voz alta. A boa leitura está relacionada à articulação adequada dos sons, ao timbre, à modulação da voz, ao ritmo.

Vilhena Alves (1897) encerra a parte de lições suplementares de sua obra apresentando alguns vícios de linguagem, aos quais denomina de “incorrecções na frase”:

**Quadro 8: Vícios de linguagem conforme Vilhena Alves.**

Synchysis	é a construção obscura da frase (p.69)
Perissologia	é o abuso do pleonasma (p.70)
Solecismo	é qualquer erro de concordância, de regência ou de construção (p.70)
Barbarismo	é o erro de grafia ou de pronúncia, e também o uso de palavras ou expressões contrárias

	à índole da língua (p.70)
--	---------------------------

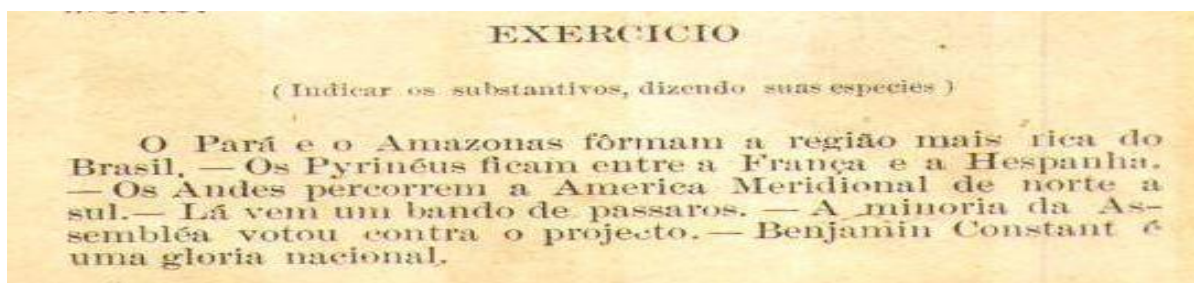
Fonte: Produzido pela autora, 2021.

A abordagem dos vícios de linguagem demonstra que, mesmo que o nacionalismo estivesse em evidência em nosso país, as expressões contrárias ao padrão de Portugal eram vistas como vícios de linguagem e alguns gramáticos se preocupavam com o respeito à norma padrão norteada pelas regras do português europeu. A constatação de que a “Língua Portuguesa falada no Brasil figurava-se diferente da de Portugal era um fato negado por muitos estudiosos, sobretudo para aqueles que queriam nosso idioma calcado no modelo escrito do de nossa pátria-mãe” (FÁVERO E MOLINA, 2009, p. 69).

Ao estudo da fraseologia são dedicadas vinte e duas páginas, que vão da página 50 a 72. Pode-se notar que a primeira parte da obra, a lexicologia, engloba mais da metade da obra, abarcando quarenta e três páginas, enquanto que a segunda parte, dedicada ao estudo da fraseologia, abrange vinte e duas páginas. Nota-se, portanto, que a sintaxe ocupa um lugar muito menor na obra. Isso pode ocorrer por Vilhena Alves considerar a palavra como centro do seu estudo, pois “embora na segunda metade do século os estudos de Mason, Whitney e Bain<sup>27</sup> já houvessem se consagrado aqui no Brasil” a lexicologia ocupa maior parte da obra (FÁVERO E MOLINA, 2006, p. 187).

Ao longo da obra, o autor propõe diversos exercícios ao final de cada capítulo para fixação dos conteúdos da disciplina, como no exemplo abaixo:

**Imagem 10:** Exercício proposto por Vilhena em sua primeira gramática da Infância.



Fonte: Primeira Grammatica da Infancia, 3ª. ed., 1897.

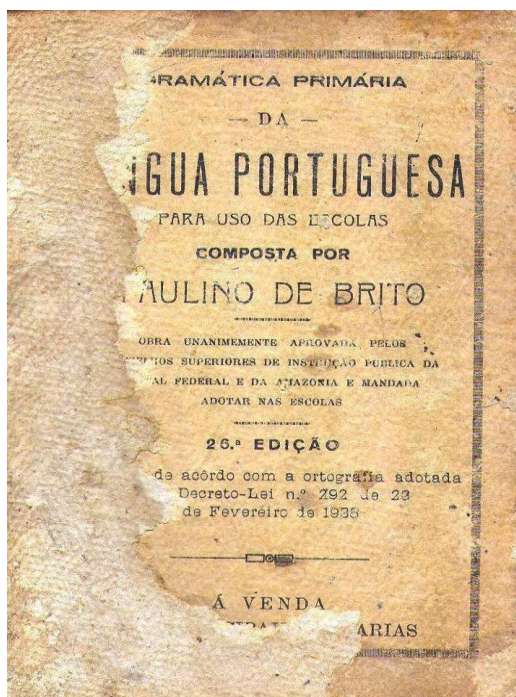
<sup>27</sup> Mason, Whitney e Bain eram autores vinculados às teorias histórico-comparatistas. C. P. Mason foi responsável por modificar o sistema de sintaxe germânico de Becker e introduzi-lo na Inglaterra, e este sistema acabou sendo adotado também por Whitney, Bain e outros (PRETE, 2020).

No exercício acima, Vilhena Alves disponibiliza uma sequência de frases, em que o aluno deve indicar os substantivos e suas espécies. Exercícios assim se repetem em toda a obra. Os exercícios propostos pelo gramático são compostos por frases desconexas, totalmente descontextualizadas, evidenciando o apego à tradição.

#### 4.2 Gramática Primária da Língua portuguesa de Paulino de Brito

De acordo com Sacramento Blake (1900), a primeira edição da Gramática Primária da Língua Portuguesa foi publicada no Pará, em 1899, pela Jablonski Vogt & Cia. O compêndio tem pelo menos 31 edições. Neste trabalho, analisamos a 26ª edição, publicada por volta do ano de 1943. Conforme aponta Moreira (1979, p. 34), essa gramática foi instrumento efetivo de aprendizagem da língua no Pará durante cerca de meio século. O autor ainda afirma que jamais uma obra desse gênero teve tanta aceitação.

**Imagem 11:** Capa da Gramática Primária de Paulino de Brito



Fonte: Acervo da seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR, 2021).

##### 4.2.1 O intelectual Paulino de Brito

A *Gramática Primária da Língua Portuguesa* é da autoria de Paulino de Almeida Brito, outro grande autor do final do século XIX e início do século XX. Moreira (1979) o considera o

mais eminente sucessor de Vilhena Alves. “Brito produziu menos porém se projetou mais no que respeita ao cultivo da língua e das letras” (MOREIRA 1979, p. 34). O intelectual nasceu na cidade de Manaus, em 9 de abril de 1858, e faleceu em Belém, em 1919. Filho de Paulino de Brito e de D. Ricarda de Almeida Brito. Formou-se em Direito pela Faculdade de Recife, sendo por muitos anos professor da Escola Normal do Pará.

Paulino de Brito, além de professor, fazia parte do Conselho Superior de Instrução Pública do Pará. No dia 20 de setembro de 1911, foi designado como uma espécie de consultor da Revista do Ensino, da qual o professor Vilhena Alves fazia parte. O intelectual foi nomeado pelo Conselho de Instrução Pública para compor uma comissão que ofereceria serviços para a revista: “Não só emitindo opinião sobre qualquer trabalho didactico ou technico sobre que for consultado, como também para collaborar effetivamente em tudo quanto julgue de utilidade ao conhecimento do professorado primario do Estado, em secção especial” (REVISTA DO ENSINO, 1911, p. 135).

Paulino de Brito defendeu em duas obras importantes, *Colocação de pronomes e Brasileirismos de colocação de pronomes*<sup>28</sup>, as variantes linguísticas brasileiras, que se distanciavam das variantes do português europeu. As duas obras foram o resultado de diversas polêmicas travadas com Candido de Figueiredo, gramático português. Contudo, Moreira (1979) diz que o maior legado deixado por Paulino de Brito está em suas atividades como professor que impulsionaram a produção de gramáticas como, *Grammatica Primaria da Língua Portuguesa* (1899); *Grammatica complementar da língua portuguesa* (1928)<sup>29</sup> e a *Grammatica do professor* (1908).

A primeira gramática complementar escrita pelo autor contribuiu para a educação, não só paraense, mas também nacional. Conforme aponta Corrêa (2006) há um parecer publicado no Diário Oficial amazonense de autoria do Dr. Alvares Pereira, do ano de 1904, no qual o relator afirma que a *Grammatica complementar da língua portuguesa* deveria ser adotada nas escolas por ser mais completa do que outras que já circulavam no Estado.

O parecer descreve com riqueza de detalhes os vários temas abordados e enfatiza a forma racional, clara, e convincente com que estes são apresentados. No final de seu parecer, Alvares Pereira reconhece que já existem livros do mesmo gênero aceitos e adotados nas escolas primarias do Estado, mas avalia que isto não seria impedimento

<sup>28</sup> Collocação dos pronomes: artigos publicados na Província do Pará (1906 - 1907) e Brasileirismos de collocção de pronomes: resposta ao Snr. Candido de Figueiredo (artigos publicados no Jornal do Commercio - 1908).

<sup>29</sup> Não achamos dados da primeira edição desta obra. Só tivemos acesso à 7ª edição. Sabe-se que no livro *Cantos Amazônicos* (1900) do autor, consta a informação de que ela já se encontrava no prelo (MOREIRA, 1979).

para a adoção de mais uma gramática que, em termos comparativos, é mais completa e “[...] de utilidade senão superior, pelo menos igual aos trabalhos que já tiveram o parecer deste conselho.” (CORRÊA, 2006, p. 120).

Corrêa (2006, p. 120) expõe que “para garantir a adoção da obra de Paulino de Britto, o examinador assume uma posição [...] surpreendente aos olhos das autoridades de ensino, que preferiam adotar um único livro para o ensino de cada disciplina da escola primária”. Essa posição diz respeito aos pontos positivos abordados pelo relator, que afirma que isso tornaria ainda mais amplo o campo da escolha dos bons elementos que guiam o passo do aprendiz.

Paulino de Brito teve suas gramáticas ultrapassando a década de 50. Sabe-se que uma de suas gramáticas, a *Gramática Primária*, teve sua 31ª edição publicada em 1959. Essa grande aceitação parecia dar-se ao fato de o educador usar uma linguagem clara que o destacava entre os gramáticos de sua época que, em sua maioria, tratavam as questões da língua nacional de maneira complicada e distante do contexto sócio-histórico e cultural dos brasileiros, isso deu ao autor grande credibilidade e aceitabilidade da sua obra. Essas particularidades davam a Paulino de Brito notoriedade e o colocavam como um intelectual de destaque na educação nacional.

#### 4.2.2 Características da *Gramática Primária da Língua Portuguesa*

A capa da obra está meio desgastada, mas podemos verificar o título da obra e a informação de que foi produzida para uso das escolas. Logo abaixo, vem o nome do autor Paulino de Brito. Em seguida, há a informação de que a obra foi unanimemente aprovada pelos Conselhos Superiores de Instrução Pública da Capital Federal e da Amazônia e mandada adotar oficialmente nas escolas. Esta informação corrobora o fato acima mencionado de que as obras de Brito circularam no estado amazonense, pois o livro *Novo methodo de leitura e Grammatica complementar da língua portugueza*, do autor, também haviam sido aprovados e mandado adotar nas escolas da amazônia (CORRÊA, 2006). Além disso, o fato de ter sido aprovada pelo Conselho de Instrução Pública da Capital Federal aponta que a obra circulou em outras partes do Brasil por sua grande aceitação. Esta é a 26ª edição, que foi revista de acordo com a ortografia adotada pelo Decreto-Lei n. 292, de 23 de fevereiro de 1938. Não há indicação de ano de publicação, mas na última página do livro há informações sobre outra obra do autor, do mesmo período, datada de 1943. Presume-se que esta edição seja do mesmo ano. Por fim, há a informação do local onde o compêndio pode ser adquirido: à venda nas principais livrarias.

A *Gramática Primária* é pequena, possuindo apenas 84 páginas. A obra não traz prefácio ou introdução. O autor já inicia a obra dizendo que gramática é “o estudo que tem por objetivo a correta expressão do pensamento por meio de palavras” (BRITO, 1943?, p. 5). Na concepção do autor, a gramática pode ser dividida em geral e particular. Esta divisão, conforme apontam Fávero e Molina (2006, p. 60) “constitui, segundo Swiggers (1984:9), o aspecto mais original da teoria gramatical dos enciclopedistas”.

**Quadro 9: Divisão da gramática por Paulino de Brito**

<b>Gramática Geral</b>	é a ciência dos princípios comuns a todas as línguas de um mesmo grupo.
<b>Gramática Particular</b>	é a arte que ensina a fazer uso correto de uma língua.

Fonte: Produzido pela autora, 2021.

Ao retomar o sentido da gramática portuguesa, Brito (1943?, p. 6) a define como “a arte que ensina a fazer uso correto da Língua Portuguesa”. Esta definição, de acordo com Fávero e Molina (2006, p. 60) vai ao encontro da maior parte dos gramáticos dos séculos XVII e XVIII, que estavam sob orientação da gramática geral e filosófica, que definiam a gramática como a arte de escrever e falar corretamente:

Além desses dados, no que diz respeito à organização da obra, Brito (1943?) divide a gramática em quatro partes: fonologia, morfologia, taxinomia e a sintaxe.

**Quadro 10: Divisão da gramática primária de Paulino de Brito**

<b>Fonologia</b>	Letras; Abreviações e símbolos; Sons; Sons vogais; Sons consoantes; Sílabas e grupos silábicos; Grupos vocálicos e consonantais; Acentuação; Quantidade; Metaplasmos; Ortografia; Notações léxicas; Notações sintáticas; Observação sobre o emprego das letras.
<b>Morfologia</b>	Elementos das palavras; Órgãos das palavras; Derivação-Composição; Flexão.
<b>Taxinomia</b>	O substantivo; O adjetivo; Pronomes; Os verbos; Conjugação dos verbos <b>ter</b> , <b>haver</b> , <b>ser</b> , <b>estar</b> ; Verbos regulares: primeira conjugação em <b>ar</b> ; conjugação do verbo <b>amar</b> ; segunda conjugação em <b>er</b> ; conjugação do verbo <b>temer</b> ; terceira conjugação em <b>ir</b> ; conjugação do verbo <b>partir</b> ; conjugação do verbo <b>pôr</b> ; conjugação dos verbos irregulares; primeira conjugação; segunda conjugação; terceira conjugação; O advérbio; A conjunção; E interjeição.
<b>Sintaxe</b>	Ideias gerais; Divisão da sintaxe; Regras de concordância; Regras de construção; Regras de regência.

Fonte: Produzido pela autora, 2021.

De acordo com Fávero (1996, p. 94), a divisão da gramática em quatro partes vem desde o período medieval, como as de inspiração greco-latinas,

(talvez desde Prisciano que foi o primeiro a reconhecer a existência de uma sintaxe que é o estudo "da disposição que visa à obtenção da oração perfeita"), com Alexandre de Villedieu (*Doctrina puerorum*, 1200): ortografia, etymologia, dyasintástica (= sintaxe) e prosódia, divisão essa que permaneceu até o século XVI ou até mais porque ainda se encontra, em fins do século XVIII, por exemplo, em Soares Barbosa.

A parte que estuda a fonologia começa no capítulo III e compreende a parte da gramática que trata dos sons que compõem as palavras. A taxinomia começa no capítulo XVIII, à qual o autor dá uma maior atenção. Brito (1943?) afirma que esta é a parte que trata das classificações das palavras. Esta parte da obra vai da página 24 a 72 e compreende 49 das 84 páginas que compõem a obra analisada. A parte da obra que estuda a morfologia começa no capítulo XXVII e é a parte que trata dos órgãos das palavras. A última parte da obra estuda a Sintaxe (capítulo XXXI) e tem somente 6 páginas, que vão de 79 a 84, em que o autor explora a parte que trata da coordenação das palavras na oração e das orações no período.

Pode-se perceber que Paulino de Brito (1943?), assim como Vilhena Alves (1897), dá uma maior atenção ao estudo da palavra, pois “o centro da pesquisa é, na segunda metade do século XIX, a palavra”, conforme apontam Fávero e Molina (2006, p. 131).

#### 4.2.3 Das partes da gramática

Como já citado acima, a divisão da gramática em quatro partes vem desde o período medieval, com inspiração nas gramáticas greco-latinas.

#### Fonologia

Assim como Vilhena Alves (1897), Paulino de Brito traz a fonologia de forma autônoma em sua obra, assim como o fez Maximino Maciel em sua *Grammatica Descriptiva* em 1914, conforme apontam Fávero e Molina (2006). E como já citado anteriormente, muitos autores como Adolfo Coelho não enxergavam a diferença entre fonética e fonologia, mas os brasileiros tomam a fonética como uma das partes da fonologia. Essa concepção só vai mudar a partir dos estudos do Círculo de Praga (FÁVERO E MOLINA, 2007, p. 40).

Brito (1943?) aponta que fonologia é a parte da gramática que trata dos sons de que as palavras se compõem. Esses sons podem ser realizados por meio da fala ou podem ser representados na escrita. Dessa forma, o autor explica que a fonologia pode ser dividida em duas partes: a Ortoépia, que ensina a forma correta da pronúncia das palavras, e a Ortografia,

que ensina a forma correta de escrever. Nesse período, dava-se muita ênfase ao caráter prescritivo do uso da língua. Ainda que a gramática tenha sido escrita após a proclamação da República, a intenção ainda era ensinar a falar e escrever de acordo com as ideologias dominantes que imperavam naquele período e imperam até hoje.

Brito prossegue, falando que “Letra é um sinal gráfico que regularmente representa um som” e o conjunto de todas as letras constituem o alfabeto de uma língua (BRITO, 1943?, p. 7). O intelectual critica o nosso alfabeto, dizendo que se ele fosse perfeito, cada letra corresponderia a um som e cada som corresponderia a uma letra. Contudo, as letras são caracteres destinados a representar diversos sons de que as palavras se compõem e o mesmo som frequentemente é representado por mais de uma letra. O autor continua sua crítica, e explica que nosso alfabeto não é perfeito por três motivos: primeiro porque a mesma letra geralmente representa mais de um som; segundo porque o mesmo som é frequentemente representado por mais de uma letra; e terceiro porque vários sons não tem nenhuma letra para os representar. Para Brito (1943?, p. 19), este último fato é o motivo de serem necessários os acentos: circunflexo, agudo e nasal. Estes três acentos, portanto, servem para suprir a falta de letra no alfabeto. O autor conclui que a imperfeição do alfabeto acaba gerando dificuldades para a ortografia. Ao criticar o alfabeto português e dizer que ele é imperfeito e por isso acaba gerando dificuldades para a ortografia, Paulino de Brito mostra-se inovador, pois analisar os fatos da linguagem é uma característica importante da gramática científica que envolve o critério filológico.

Em relação aos sons, o autor afirma que sons vogais são os sons produzidos pela emissão livre da voz, enquanto que os sons consoantes são determinados pela intervenção dos lábios, da língua, do paladar, dos dentes, etc. Da mesma forma que Vilhena Alves (1897), Brito diz que os sons vogais são orais (quando sai todo o som pela boca) e nasais (quando parte do som sai pelo nariz) (BRITO, 1943?, p. 8). Entretanto, Brito (1943?) apresenta algumas diferenças em relação aos sons consoantes como a adoção dos sons labiais, labial dental, guturais, linguais palatais e linguais dentais.

Brito (1943?) segue seus estudos falando sobre os metaplasmos, que são alterações que uma palavra pode sofrer, mas sem modificação de sentido. Se houver alteração no sentido, o autor afirma que é um fenômeno mórfico e não metaplasmos. Os metaplasmos apontados pelo autor são: por aumento: prótese, epêntese paragoge; por diminuição: aférese, síncope, apócope; por permuta: antítese; por intercalação: tmese e por transposição ou letras: metátese. Paulino de

Brito ao trazer o estudo dos metaplasmos para a parte da fonologia, difere de Alves que reserva o tema às últimas páginas em lições suplementares.

Na ortografia, considerada por Brito (1943?) como a parte da fonologia que trata da “correta escritura”, o autor declara que, para escrever, é necessário letras, símbolos, notações léxicas (acentuação) e notações sintáticas (pontuação). O autor elenca todos os sinais de pontuação, dando dicas ao aluno de como utilizá-los. Esta parte aponta para uma característica da gramática filosófica que tinha por objetivo ensinar a falar, ler e escrever corretamente (essa é uma característica de muitos manuais usados ainda hoje). No entanto, deve-se levar em consideração que no período em que foi publicada a primeira edição da obra (1899), “urgia que os compêndios escolares tratassem do assunto, já que mais de 80% da população era formada de analfabetos”. Dessa forma, fazer o povo aprender a ler e escrever era uma forma de mudar essa situação, além de significar a “possibilidade de inserção do país no progresso tão almejado” (FÁVERO E MOLINA, 2006, p. 89).

### Taxinomia

Paulino de Brito (1943?), na mesma linha de raciocínio de Alves (1897), afirma que taxinomia é a parte da gramática que trata da classificação das palavras. Como já foi dito, diversos gramáticos do final do século XIX e início do século XX incluem a taxinomia como uma parte da morfologia. Mas Paulino de Brito a trata como uma parte independente em sua gramática. O termo taxinomia aparece em gramáticas que seguem a corrente científica, como Júlio Ribeiro, Alfredo Gomes, João Ribeiro, Maximino Maciel e outros, mas quase sempre como parte integrante da lexicologia ou da morfologia.

Brito (1943?) classifica as palavras em 8 espécies ou categorias, fazendo “uso de terminologia adotada tanto pelas gramáticas tradicionais (*categorias*) como pelas de orientação “científica” (*espécies*)” (FÁVERO e MOLINA, 2006, p. 103, grifo das autoras).

#### Quadro 11: Divisão da classe de palavras de acordo com Paulino de Brito.

Substantivo	É toda palavra que significa pessoa ou coisa. Divide-os em próprio e apelativo e pode variar em gênero, número e grau.
Adjetivo	É a palavra que modifica o substantivo. Dividem-se em qualificativos, articulares, demonstrativos, relativos, possessivos, numerais e indefinidos.
Pronome	É a palavra equivalente a um substantivo modificado.
Verbo	É a palavra que exprime a existência ou o fato. Dividem-se em verbos substantivos e

	verbos adjetivos.
Advérbio	É uma palavra invariável equivalente a uma preposição com o seu complemento. Além disso, o advérbio sempre exprime alguma circunstância de lugar, de tempo, de modo, etc.
Preposição	É uma pequena palavra invariável que regularmente se antepõe aos complementos.
Conjunção	É uma palavra invariável que liga orações ou parte de orações, estabelecendo entre elas uma relação.
Interjeição	É uma palavra invariável com que exprimimos os movimentos fortes e súbitos da alma.

Fonte: Produzido pela autora, 2021.

Paulino de Brito divide as palavras em: simples ou compostas; primitivas ou derivadas; variáveis ou invariáveis.

#### Quadro 12: Divisão de palavras propostas por Brito

Simple	são as que não se formam pelo ajuntamento de outras, como em: livro, céu, canto.
Compostas	são as que se formam pelo ajuntamento de outras, como em: guarda-livros, sobre-céu, canto-chão.
Primitivas	são as que não provêm de outras da mesma língua, como em: tinta, letra, cana.
Derivadas	são as que provêm de outras da mesma língua, como em: tinteiro, letrado, caneta.
Variáveis	são as que mudam de terminação, como o substantivo, o adjetivo, o pronome e o verbo.
Invariáveis	são as que nunca mudam, como o advérbio, a preposição, a conjunção e a interjeição.

Fonte: Produzido pela autora, 2021.

Ao classificar as palavras em 8 categorias (classes), o autor acompanha as gramáticas do século XVIII, de concepção filosófica, como o compêndio *Regras da Língua Portuguesa, espelho da língua latina* (FÁVERO e MOLINA, 2006, p. 103). No entanto, Brito apresenta algumas definições que já dialogam com a corrente científica. Tanto Brito (1943?) quanto Vilhena Alves (1897) dividem as classes de palavras em variáveis e invariáveis, como João Ribeiro (1904). Brito insere no grupo das palavras variáveis o substantivo, o adjetivo, o pronome e o verbo e no grupo das invariáveis, o advérbio, a preposição, a conjunção e a interjeição. Tanto Paulino de Brito (1943?) quanto Vilhena Alves (1897) incluem na classe de palavras a interjeição, sendo contrários a Maximino Maciel (1914), que não considera esta

como pertencente a uma classe de palavra, pois é mais um grito do que uma palavra (FÁVERO E MOLINA, 2006).

Percebe-se que Paulino de Brito dá uma atenção especial ao verbo, ao qual o autor dedica trinta e seis páginas, que vão da página 34 a 69, ocupando o maior número de páginas do compêndio. Além disso, Brito (1943?) afirma que o verbo possui quatro variações que são: modo, tempo, número e pessoa; e quatro auxiliares que são: ter, haver, ser e estar. Já os modos verbais são 5: o infinitivo, o indicativo, o imperativo, o condicional e o subjuntivo seguindo muito de seus antecessores (FÁVERO E MOLINA, 2019, p. 81).

Logo em seguida, como faziam muitos estudiosos das gramáticas tradicionais, como apontam Fávero e Molina (2019), em relação à conjugação das terminações verbais, o autor considera quatro conjugações: ar (amar), -er (temer), -ir (partir) e (pôr). Para Brito (1943?, p. 38), verbo regular é aquele que segue o modelo geral das conjugações, como em: temer> eu temo; verbo irregular é aquele que não segue o modelo geral das conjugações, como em: ouvir> eu ouço. Quanto ao verbo pôr, o autor o conjuga separadamente e afirma que este verbo é irregular e sua forma primitiva era poer.

## Morfologia

Paulino de Brito já utiliza o termo Morfologia de forma autônoma em sua gramática e, diferente de Alves (1897), não a inclui na lexicologia, como a maioria dos gramáticos o fazia, mas o trata como uma parte independente.

Conforme aponta Brito (1943?), a parte da gramática que trata dos órgãos das palavras é a morfologia. No que se refere a essa definição, Fávero e Molina (2006, p. 180) afirmam que as expressões órgão, organismo e organicamente \_ que muitos gramáticos como Maximino Maciel, e outros, utilizavam para definir a morfologia \_ foram emprestadas dos estudos gramaticais naturalistas, e foram introduzidas em compêndios brasileiros, principalmente, por Julio Ribeiro. As autoras, apontam ainda, que introduzir tal terminologia nos manuais, imprimia um destaque de modernidade em relação à obra.

Brito (1943?) afirma que existem duas espécies de elementos das palavras: os fonéticos e os mórficos. Sobre os órgãos das palavras, o autor os divide em: raiz que “representa a idéia principal contida na palavra”; e os afixos que, por sua vez, “representam idéias acessórias, as

quais se juntam a principal para modifica-la” (BRITO, 1943?, p. 73). Brito diz que o conjunto de todos os órgãos viria ser a estrutura de um vocábulo.

A definição do termo raiz, feita por Paulino de Brito, se distancia bastante de definições feitas por estudiosos do mesmo período, que utilizavam definições como: tema ou radical (este permanece até os dias atuais), conforme apontam Fávero e Molina (2006, p. 145).

Em relação aos afixos, os quais se dividem em sufixos e prefixos, Brito (1943?, p.74) explana que os prefixos “são os que se colocam antes da raiz” e podem ser divididos em: prefixos vernáculos, latinos e gregos. O autor desenvolve essa parte de seu estudo tomando como aporte teórico as influências das línguas vernáculas, latinas e gregas em relação aos prefixos utilizados em português. Essa parte do estudo vai ao encontro das características da gramática científica e assim como Júlio Ribeiro em sua gramática, Brito também recorre às origens da língua, ao incluir em seu estudo as “influências e as mudanças sofridas no decorrer do tempo (FÁVERO E MOLINA, 2006, p. 130).

#### Quadro 13: Divisão dos prefixos

Prefixos Vernáculos	São preposições portuguesas antepostas às raízes das palavras, como se vê em: <b>compôr</b> , <b>empoleirar</b> , <b>contradizer</b> , etc.
Prefixos Latinos	São os que provêm da língua latina, como em: <b>extraordinário</b> , <b>intervir</b> , <b>circunscrever</b> .
Prefixos Gregos	são os que provêm da língua grega, como se vê em: <b>epígrafe</b> , <b>metafísica</b> , <b>simpatia</b> , <b>apogeu</b> .

Fonte: Produzido pela autora, 2021.

Já os sufixos podem ser substantivais, adjetivais, pronominais, verbais e adverbiais. Brito (1943?) aponta que a ideia representada pelos sufixos é muito variável. Dessa forma, em palavras como brasileiro, pedreiro, tinteiro, o mesmo sufixo (eiro) pode representar diferentes ideias: naturalidade, ofício, etc.

Paulino de Brito preconiza ainda que, na parte de derivação-composição, os derivados podem ser próprios (que se formam por meio de sufixos) ou impróprios (que se formam sem mudança de sufixo); enquanto que os compostos, podem ser por afixação (que apresentam uma só raiz, acompanhada de afixos) ou por justaposição (que apresentam mais de uma raiz).

A parte de flexão, talvez a menor da obra, não é tão explorada pelo autor. Para ele, “flexão é a propriedade que têm as palavras variáveis de indicar, pela mudança da terminação,

os acidentes da idéia” (BRITO, 1943?, p. 78). E não divide a flexão em verbal e nominal como outros autores do período faziam, mas divide em desinência (parte da palavra onde se manifesta a flexão) e tema (parte da palavra onde a flexão não se manifesta, como **estud** do verbo **estudar**), e afirma que:

- Substantivos e adjetivos têm flexões de: gênero, número e grau;
- Pronomes têm flexões de: gênero, número, pessoa e caso;
- Verbos têm flexões de: modo, tempo, número e pessoa;

Salienta-se que o autor anteriormente havia denominado de “raiz” o que agora chama de “tema”. Brito (1943?) considera similar os termos raiz e tema.

A última parte do livro é a sintaxe, cujos preceitos serão abordados a seguir.

### Sintaxe

Ao definir a sintaxe, o autor afirma que é “a parte da gramática que trata das orações”. Na continuidade, o autor diz que oração ou proposição “é a reunião de palavras em que enunciamos um juízo”. Este viria ser “o ato do entendimento pelo qual percebemos a relação de conveniência ou desconveniência entre duas idéias”. Já a ideia “é a representação de uma coisa no espírito” (BRITO, 1943?, p. 79). Ao observar a noção de juízo, Brito (1943?) afirma que, se representarmos em nosso espírito as palavras fogo, gelo, frio e quente, iremos perceber uma relação de conveniência entre fogo e quente, assim como entre gelo e frio. Entretanto, haverá uma relação de “desconveniência” entre quente e gelo, frio e fogo. É por esta razão que “dizemos que o fogo é quente - o gelo é frio” ou “o gelo não é quente e o fogo não é frio” (BRITO, 1943?, p. 79). Assim, enquanto uma ideia está somente no pensamento é um juízo. Quando é falada ou escrita, torna-se uma oração. Nesse sentido, o juízo se compõe de ideias, enquanto que oração se compõe de palavras.

Ao analisar os estudos gramaticais de Fávero e Molina (2006, 2010, 2019) percebeu-se que, em relação à sintaxe, Paulino de Brito traz dois conceitos novos sobre o assunto: a noção de “juízo” e a noção de “ideia”, que não foram encontradas em gramáticas analisadas pelas autoras. A maioria delas só traz a noção de sintaxe e proposição. Esta também pode ser denominada oração/frase/sentença. Entretanto, as terminologias utilizadas pelo autor para definir a sintaxe e a proposição ainda estão ancoradas na tradição greco-latina.

O gramático afirma que a oração possui três elementos essenciais: o sujeito, o verbo e o predicado, como se fazia “na tradição aristotélica, Arnauld e Lancelot, Condillac, e Destut de Tracy” (FÁVERO E MOLINA, 2006, p. 68).

**Quadro 14: Elementos essenciais da oração.**

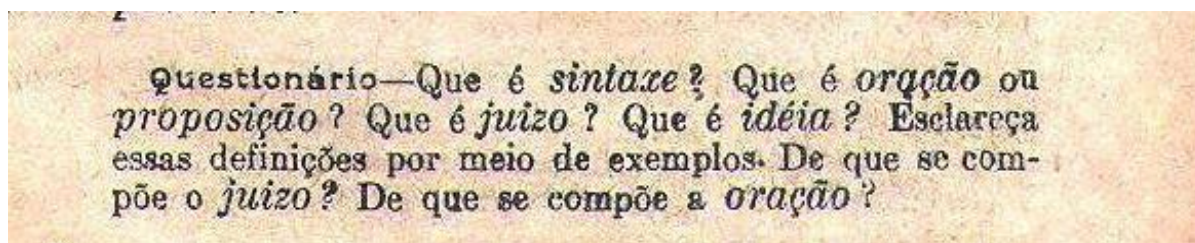
O Sujeito	representa a pessoa ou coisa a que se atribui alguma qualidade, como: <b>Deus é bom.</b>
O predicado	representa a qualidade que se atribui ao sujeito, como em: <i>o sol é luminoso.</i>
O verbo	liga o predicado ao sujeito, exprimindo a relação de conveniência ou desconveniência, como: <i>o ambicioso não é feliz.</i>

Fonte: Produzido pela autora, 2021.

Depois de discorrer sobre sujeito, predicado e verbo, Paulino de Brito discute sobre os termos da oração (sujeito e predicado), dividindo-os em “simples ou compostos, complexos ou incomplexos” (BRITO, 1943?, p. 81-82). Além disso, o autor faz a divisão da sintaxe em três partes: regência, que trata dos complementos; concordância, que trata da harmonia entre as palavras variáveis; e construção, que trata da colocação das palavras na oração e das orações no período. Em seguida, o gramático explica que a regência, a concordância e a construção podem ser regulares ou figuradas. Brito encerra a discussão dessa parte da obra com as regras de concordância, regência e de construção, esmiuçando cada um desses fatos da linguagem.

Ao longo da obra, foi verificado que o autor traz diversos questionários e, ao finalizar cada ponto abordado, coloca um questionário com perguntas referentes ao conteúdo estudado, como no exemplo abaixo:

**Imagem 12:** Exercício proposto na pág. 79 da Gramática Primária de Paulino de Brito



Fonte: Gramática Primária da Língua Portuguesa, 1943?.

Todos os questionários têm suas respectivas respostas na própria explicação do autor. Isso revela uma prática muito comum no período, que era a importância dada à memorização

dos conteúdos. Nesse sentido, “A impressão que se tem é que, para os professores, valia a resposta mecânica, sem uma reflexão sobre o assunto. Lembremo-nos de que esse era o método escolástico, ‘tradicional’ que atravessou séculos nas aulas de gramática” (FÁVERO E MOLINA, 2010, p. 76).

## CONCLUSÃO

O processo de gramatização no Brasil, que começou na segunda metade do século XIX, além de propiciar uma estabilidade linguística em torno da língua foi também capaz de alterar os espaços de comunicação, pois constituiu um procedimento de instrumentalização das línguas. Produtos, como a gramática e outras publicações a respeito da língua, acabam alterando e ampliando a capacidade linguística dos falantes, além de construírem normas e referências para uma unidade oficial da escrita. Logo, em todo o processo de gramatização, esses produtos são não apenas representações de atividades linguísticas, mas também verdadeiros instrumentos linguísticos.

Os estudos sobre o processo de gramatização, o qual possibilita descrever e instrumentar a língua na base de duas tecnologias: gramáticas e dicionários, são capazes de fornecer uma visão de como as gramáticas produzidas no Brasil e no Pará foram concebidas e em quais modelos estavam inseridas. Para que os objetivos desta pesquisa fossem alcançados foi necessário compreender como se deu este processo não somente a nível nacional, mas também local, especificamente, no estado do Pará, e isso nos deu suporte para incluir a produção do estado na história gramatical do Brasil nos anos finais do século XIX e, principalmente, destacar a importância desses instrumentos para a educação escolar do Pará.

A importância do processo de gramatização no Pará pode ser atestada pelo grande volume de gramáticas produzidas no estado na segunda metade do século XIX e início do século XX. O valor dessas obras pode ser conferido por suas repetidas edições; além disso, tínhamos agora os nossos próprios compêndios e isso conferiu ao Pará uma posição de destaque.

A produção de gramáticas primárias no estado do Pará, na segunda metade do século XIX e no início do século XX, alcançou números expressivos no período áureo do ciclo da borracha, pois este foi um momento de grande prosperidade na Amazônia e, conseqüentemente, o mercado editorial fez parte desse desenvolvimento, tanto econômico quanto cultural. Nesse sentido, além de fazer uma abordagem sobre a produção gramatical no estado, discutiu-se também as principais características de duas gramáticas paraenses do período: a *Primeira Grammatica da Infancia*, de Francisco Ferreira de Vilhena Alves, e a *Grammatica Primaria da Lingua portugueza*, de Paulino Almeida de Brito. As gramáticas analisadas foram escolhidas por sua grande relevância para a instrução/educação pública primária, pela grande circulação dessas obras no Estado no final do Império, atravessando a República. Vilhena Alves foi um

dos mais importantes gramáticos do Pará no século XIX e Paulino de Brito teve gramáticas cujas edições ultrapassam a década de 50, do século XX. Isso mostra que o autor teve grande credibilidade e aceitabilidade. Os dois autores tiveram grande importância para a história da educação e do livro escolar no Pará. Enquanto Vilhena Alves “culminou uma tradição, no caso a tradição gramatical entre nós”, Paulino de Brito “iniciou uma nova fase, a fase que chamaríamos de filológica” (MOREIRA, 1979, p. 34-35).

A *Primeira Grammatica da Infancia* de Vilhena Alves segue predominantemente o modelo de gramática filosófica, a qual objetivava regular regras de ler, escrever e falar corretamente, possuindo um caráter dogmático. Isso pode ser constatado quando Alves (1897, p. 64) traz expressões como “a regra suprema para a boa collocação” ou “nunca se devem collocar”, ao falar sobre as regras de construção. Além disso, o autor classifica as palavras em 8 classes, o que constitui uma herança gramatical greco-latina. Contudo, o compêndio já apresenta marcas da gramática científica, como por exemplo, quando o autor utiliza a divisão binária dos estudos gramaticais, vista também em Júlio Ribeiro e Pacheco e Lameira. Além disso, o autor utiliza também expressões como *órgão*, adotada da corrente naturalista.

Um diferencial constatado na obra de Vilhena Alves é que ele já trata a taxionomia não como uma parte da morfologia, como era costume de muitos gramáticos, mas trata esta parte de forma autônoma, distanciando-se de gramáticos que dividiam a lexicologia somente em fonologia e morfologia. Outro fato importante é que a utilização do termo morfologia pelo autor para nomear a parte da gramática que estuda as formas e os órgãos do vocábulo revela o abandono de prática de divisão da gramática em Etimologia, Sintaxe, Prosódia e Ortografia.

Vilhena Alves, por seguir as tradições gramaticais, não tece críticas em sua obra. Seu compêndio apresenta características da gramática particular que concebe a gramática como a arte que ensina a fazer uso correto de uma língua podendo ser inserida no método chamado por Paulino de Brito de *Grammatica Expositiva*.

Em relação à *Grammatica Primaria da Lingua portugueza*, de Paulino de Brito segue, predominantemente, o modelo de gramática filosófica. O estudioso divide a gramática em geral e particular. A primeira, é apresentada como ciência enquanto que a segunda é denominada de arte. Esta divisão se inspira nas tradições greco-latinas. Brito também traz a clássica divisão da gramática em quatro partes, modelo que vem desde o período medieval, também inspirado nas gramáticas greco-latinas.

No entanto, é notório, que em alguns momentos, Paulino de Brito mostra-se inovador, como quando critica o nosso alfabeto por dizer que ele é imperfeito e gera dificuldades para a ortografia e quando argumenta sobre a influência das línguas vernáculas, latinas e gregas, nos prefixos utilizados em português. Ao analisar os fatos da linguagem, o autor apresenta uma característica importante da gramática científica que envolve o critério filológico, com o método histórico-comparativo. Além disso, o autor apresenta a fonologia, a taxinomia e a morfologia como partes independentes em sua gramática, diferenciando-se de Alves (1897), que a coloca como parte da lexicologia.

Um outro fato interessante a ser citado é a classificação das palavras em 8 espécies ou categorias, na qual o autor acaba fazendo uso de terminologias utilizadas tanto pelas gramáticas tradicionais (categorias) como pelas de orientação científica (espécies). Em relação à sintaxe, Paulino de Brito aponta dois novos conceitos: a noção de (juízo) e a noção de (ideia). Percebeu-se que a maioria das gramáticas do período só traziam a noção de sintaxe e proposição ou oração/frase/sentença.

Portanto, a gramática de Paulino de Brito, embora apresente características do modelo filosófico, também traz inovações importantes relacionadas ao modelo científico. Pode-se dizer que a *Gramática Primária*, de Brito, é a arte que ensina a fazer uso correto de uma língua e insere-se no método denominado de Gramática Mista.

Após a leitura e análise das obras, pudemos concluir que as características das duas gramáticas envolvendo a normatização das regras gramaticais tradicionais nas diferentes áreas da linguagem: fonologia, morfologia, sintaxe, lexicologia \_ sempre com a presença de exercícios para que os alunos memorizem as atividades propostas \_ ainda estão bem presentes nos compêndios do século XXI, embora já tenha havido um avanço significativo nas concepções teórico-metodológicas do ensino da gramática. Verificou-se que tanto a gramática de Alves (1897) quanto a de Brito (1943?) vem com algumas mudanças, principalmente em relação às definições de alguns termos, pois em algumas partes das obras os autores se valem de conceitos utilizados tanto na gramática geral e filosófica quanto em gramáticas que seguiam correntes científicas. Entretanto, podemos observar que as obras não fogem à regra no que se refere ao duplo papel de muitas gramáticas, que são: descrever componentes lexicais, morfológicos e sintáticos e estabelecer regras que orientem o aluno/leitor, determinando o que se deve e o que não se deve fazer.

O diálogo feito entre as obras analisadas serviu para verificarmos quais diferenças ou semelhanças as obras traziam, ou o que ambas apresentaram de novo em relação aos conceitos, às partes do discurso, à divisão da gramática, etc. Conclui-se que embora as gramáticas tenham tido sua primeira edição publicada com apenas três anos de diferença, 1896 e 1899, apresentam diferenças em sua estrutura.

Este trabalho soma-se a muitos outros que buscam reconstruir fatos linguísticos, bem como o diálogo entre autor, obra e sociedade no período de concepção desses compêndios. A respeito da produção de gramáticas no estado do Pará, diversas pesquisas estão sendo realizadas pelo Grupo de Estudo em História do Livro Didático da Amazônia (GEHLDA) e já resultaram na publicação de vários artigos sobre a história do livro escolar na Amazônia Paraense. Em alguns destes estudos, são apresentados quadros atualizados de gramáticas produzidas no Pará na segunda metade do século XIX. Salienta-se também que os estudos do GEHLDA possuem grande relevância e estão dando uma importante visibilidade ao estudo histórico da produção e caracterização de gramáticas paraenses do século XIX e início do século XX, propiciando a inserção desses compêndios e de seus autores no contexto nacional.

Queremos destacar que esta pesquisa, além de trazer contribuições para os estudos que envolvem a produção de livros escolares na Amazônia Paraense (voltando o olhar para a importância de se priorizar pesquisas que envolvem obras de autores locais), acaba por contribuir também para a história da gramática no Brasil.

Em suma, o século XIX nos presenteou com uma grande produção de gramáticas no Pará, possibilitando a realização de importantes trabalhos sobre a história do livro escolar na região. Neste sentido, é necessário pensar na gramática não como monumento à língua, mas como objeto histórico. Além disso, a gramática está fortemente ligada ao ensino da língua na escola. Portanto, a investigação ajuda a compreender aspectos sociais, culturais e educacionais do Pará e entender a importância de livros escolares produzidos no Pará e de autores paraenses para a constituição da história do livro no Brasil.

## REFERÊNCIAS

### Fonte Primária

ALVES, Francisco Ferreira de V. **Primeira Grammatica da Infancia**. 3ª ed. Belém-Pa: Typ. e Enc. de P. Barbosa, 1897.

BRITO, Paulino Almeida de. **Grammatica Primaria da Lingua portugueza**. 26ª ed. Belém, PA: [s.n.], [1943?].

### Outras fontes

ALVES, Francisco Ferreira de V. **Miscellanea litteraria: collecção de artigos**. Pará: R. L. Bittencourt, [18-?]. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/>. Acesso em: 01 de ago de 2021.

AQUINO, José Edicarlos de. **Júlio Ribeiro na história das ideias linguísticas no Brasil**. – Campinas, SP: [s.n.], 2016. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/321925>. 02 de julho de 2020.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN. **Ensaio corografico sobre a provincia do Pará, por Antonio Ladislau Monteiro Baena**. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7185>. Acesso em: 24 de ago de 2021.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

BRAGA, Theodoro. **História do Pará**. Pará-Belém: Imprensa Oficial, 1913.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. **Primeira Lei Geral de Educação no Brasil**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br>. Acesso em: 02 de julho de 2020.

BRITO, Paulino Almeida de. A Grammatica do Professor [1908]. In: BRITO, Paulino Almeida de. **Grammatica Complementar da Lingua Portugueza**. 7º ed. Pará, PA: Papelaria Suisso (Aillaud & Cie) 1928.

CARDOSO, Wanessa Carla Rodrigues. **“Alma E Coração”: O Instituto Histórico E Geográfico Do Pará E A Constituição Do Corpus Disciplinar Da História Escolar No Pará Republicano (1900-1920)**. Disponível em: [http://ppgedufpa.com.br/bv/arquivos/File/wanessa\\_mest2013\\_pdf.pdf](http://ppgedufpa.com.br/bv/arquivos/File/wanessa_mest2013_pdf.pdf). Acesso em 20 de jul de 2020.

CAVALIERE, Ricardo. **“O conceito de gramática no percurso da gramaticografia brasileira do século XX”**. Revista argentina de historiografía lingüística, VII, 2, 115-125,

2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7425558.pdf>. Acesso em: 17 de ago de 2021.

CAVALIERE, Ricardo. **A Gramática no Brasil. Ideias, Percursos e Parâmetros**. Rio De Janeiro, Lexikon, 2014. Resenha de: SILVA, Maurício. Revista do GELNE, Natal/RN, Vol. 17 Número 1/2: 315-318. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/download/10218/7203/>. Acesso em: 06 de ago de 2021.

CHERVEL, A. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Teoria & Educação, Porto Alegre, n. 2., 1990, p. 177-229. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3986904/mod\\_folder/content/0/Chervel.pdf?forcedownload=1](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3986904/mod_folder/content/0/Chervel.pdf?forcedownload=1). Acesso em: 27 de jun 2021.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 30, p. 549-566, set./dez. 2004. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf). Acesso em: 27 de jan 2021.

COELHO, Maricilde Oliveira. **A escola primária no Estado do Pará**. Tese de Doutorado. 213 p. Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-30012009-165255/pt-br.php>. Acesso em: 27 de jan 2021.

COELHO, Maricilde Oliveira. **O livro didático no Pará da primeira república**. In: II Congresso Brasileiro de História da Educação. 3., 2002, Natal. Anais: História e memória da educação brasileira. Natal: SBHE, 2002.

COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. **Uma história das ideias linguísticas**. Trad. Jacqueline Léon e Marli Quadros Leite. São Paulo: Contexto, 2017.

CORRÊA, Carlos Humberto Alves. **Circuito do livro escolar: elementos para a compreensão de seu funcionamento no contexto educacional amazonense 1852-1910**. Tese de doutorado - Universidade Estadual De Campinas Faculdade De Educação. Campinas, SP: [s.n.], 2006. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/252426>. Acesso em: 11 de jul de 2021.

CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. **Paraenses illustres**. Paris: Jablonski, Vogt, 1896.

DUARTE, Raimunda D. **Livros escolares de leitura da Amazônia: produção, edição, autoria e discursos sobre educação de meninos, civilidade e moral cristã**. Campinas, SP: Pontes, 2018.

DUARTE, Raimunda Dias. As pesquisas em história do livro na Amazônia: a gramática de Julio Cezar Ribeiro de Souza (1872). In: DUARTE, Raimunda Dias et al. (Orgs.) **A história do livro na Amazônia: da escrita em pedra à tela do computador** [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. p. 127-148. Disponível em: <https://www.editorafi.com/172livro>. Acesso em: 11 de ago de 2021.

F A U – LABORATÓRIO VIRTUAL – I T E C / U F P A. **Compêndio das eras da Província do Pará (1838)**. Disponível em: <https://fauufpa.org/2012/07/20/compendio-das->

eras-da-provincia-do-para-1838-por-antonio-ladislau-monteiro-baena/. Acesso em: 24 de ago de 2021.

FÁVERO, Leonor L. A produção gramatical brasileira no século XIX – da Gramática Filosófica à Gramática Científica. In. BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Os discursos do descobrimento**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2000.

FÁVERO, Leonor L. **As Concepções Linguísticas no século XVIII: a gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1996.

FÁVERO, Leonor L.; MOLINA, Marcia. A. G. **A gramática brasileira do início do século XX: Grammatica Expositiva (Eduardo Carlos Pereira) e Grammatica Portuguesa (Hemetério José dos Santos)**. Confluência (Rio de Janeiro), v. 37/38, p. 59-82, 2010. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002295155>. Acesso em: 20 de jan de 2021.

FÁVERO, Leonor L.; MOLINA, Marcia. A. G. **A Gramática Luso-brasileira e o Método Científico**. Filol. lingüíst. port., n. 9, p. 27-42, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59771>. Acesso em: 17 de ago de 2021.

FÁVERO, Leonor L.; MOLINA, Marcia. A. G. **As concepções linguísticas no Brasil no século XIX e início do século XX: gramáticas da infância**. São Paulo: Terracota, 2019.

FÁVERO, Leonor L.; MOLINA, Márcia A. G. **As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil**. - Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A. G. **Construção do saber escolar – gramáticas da primeira infância. Construção do saber escolar – gramáticas da primeira infância**. Filologia E Linguística Portuguesa. 12(1), 69-90, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v12i1p69-90>. Acesso em: 20 de jan de 2021.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ. **Catálogo de Obras Raras ou Valiosas**. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/catalogo-de-obras-raras>. Acesso em: 01 dez de 2020.

GALLY, Christianne de Menezes. 2013. **Construção e circulação das gramáticas de Língua Portuguesa no Brasil no século XIX: o Tratado de Língua Vernácula de Brício Cardoso**. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa. 246p. Disponível em: <https://docplayer.com.br/76480958-Pontificia-universidade-catolica-de-sao-paulo-puc-sp-christianne-de-menezes-gally.html>. Acesso em: 02 de jul de 2020.

GRIVET, Charles. **Nova grammatica analytica da lingua portugueza**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, Ouvidor 31, 1881.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil (sua história)**. São Paulo: T. A. Queiroz; Edusp, 1985.

JESUITA, Cristiano Silva. **As gramáticas gerais e filosóficas tardias do século XIX**. 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em:

<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/14313/1/Cristiano%20Silva%20Jesuita.pdf>. Acesso em: 02 de jul de 2020.

JULIA, Dominique. **A Cultura escolar como objeto histórico. In: Revista brasileira de história da educação.** Campinas: Autores Associados, n.1, jan/jun. 2001, p. 9-43. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749>. Acesso em: 13 ago. 2020.

LIMA, Rocha. **Gramática normativa da língua Portuguesa.** 49ª ed. - Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MACIEL, F. I. P.; DA ROCHA, K. G. H. **Hygino Amanajás e sua produção de livros de leituras escolares para o ensino primário: fragmentos da história da leitura no Pará.** RIDPHE\_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo. Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 48–67, 2015. DOI: 10.20888/ridphe\_r.v1i1.9228. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/9228>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MELO, António Maria Martins. **Em torno do princípio das obras literárias: a reflexão de Júlio César Escalígero no Livro V da sua Poética.** Disponível em: [melo.pdf \(ucp.pt\)](#). Acesso em: 20 de set de 2021.

MELO, Cleide. **A Grammatica Portugueza, de Júlio Ribeiro, à Luz Da Historiografia Linguística.** Disponível em: [15.pdf \(filologia.org.br\)](#). Acesso em: 20 de set de 2021.

MOLINA, Márcia Antonia Guedes; SILVA, Arthur Vinicius Sousa. **Um Estudo Descritivo analítico Das Gramáticas Da Primeira Infância Do Século XIX: Brasil E Portugal.** XXII Congresso Nacional De Linguística E Filologia. Cadernos do CNLF, vol. XXII, n. 03, Textos Completos. Rio de Janeiro: CiFEFiL. Disponível em: Acesso em: 17 de ago de 2021.

MOREIRA, Eidorfe. **O Livro Didático Paraense: breve notícia histórica.** Belém: Imprensa Oficial, 1979.

OLYMPPIO, Augusto. **Revista Do Ensino.** Anno I, n. 2, out. Secretaria do interior do Pará. Belém-Pará, 1911.

ORLANDI, Eni P. **História das idéias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional.** - Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In. ORLANDI, Eni P. (org.). **História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e a constituição da Língua Nacional.** Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

PARÁ. Lei n. 33 de 30 de setembro de 1839. **Documentos da História da Educação Paraense.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 286-332, out 2011 -

ISSN: 1676-2584. Disponível em:

[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/43e/doc01\\_43e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/43e/doc01_43e.pdf). Acesso em: 02 de julho de 2020.

PARÁ. Lei n. 97 de 28 de junho de 1841. **Documentos da História da Educação Paraense**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 286-332, out 2011 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/43e/doc01\\_43e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/43e/doc01_43e.pdf). Acesso em: 02 de julho de 2020.

PIRES, Octavio. **Revista de Educação e Ensino**. Anno IV, v. 4, n. 5, maio. Typ. de Tavares Cardoso & C.<sup>a</sup> Trav. de S. Matheus. Belém/Pa, 1894.

PRETE, Mairus. **O perfil teórico-metodológico da Grammatica portugueza, de Júlio Ribeiro**. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-15122020-195639/publico/2020\\_MairusPrete\\_VCorr.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-15122020-195639/publico/2020_MairusPrete_VCorr.pdf). Acesso em: 20 de set de 2021.

SERAINE, Florival. **Bosquejo Histórico de uma Filosofia da Linguagem**. Revista do Instituto do Ceará, 1993. Disponível em: 1993-  
[BosquejoHistoricodeumaFilosofiadaLinguagem.pdf](#) (institutodoceara.org.br). Acesso em: 20 de set de 2021.

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.